

Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa*

I

A REINSERÇÃO

A consulta dos processos das partidas «subsidiadas» demonstrou que o regresso se devia analisar mais em função duma escolha pessoal do que da pressão da conjuntura económica, apesar de a crise ter podido precipitar e concretizar uma decisão que já tinha sido tomada. O inquérito feito às famílias que regressaram definitivamente¹ deve precisar o conteúdo e as razões desse retorno e apreciar as condições da reinserção no ambiente de origem.

1. NOTAS METODOLÓGICAS

Dois eixos que se interpenetram guiaram a exploração destas entrevistas:

Por um lado, o conhecimento, o mais pormenorizado possível, do percurso migratório de cada família sobre a qual incidiu o inquérito, a fim de reconstituir a sua história e determinar em que é que o sucesso ou insucesso da reinserção foram condicionados pela situação socioeconómica existente antes da emigração e pelo seu desenrolar posterior. O inquérito foi estendido, tanto quanto possível, à situação dos ascendentes das pessoas interrogadas, e mesmo à de outros membros da família (primos, tios, cunhados, etc.), para ajuizar da «tradição migratória» do grupo — num país em que a emigração é um dado cultural — e apreciar a rede de relações e apoios de que a família podia dispor no estrangeiro antes de tentar a sua própria aventura.

* Tal como o trabalho anterior do autor publicado no número 75 de *Análise Social*, o presente texto foi elaborado para o Fonds d'Action Sociale pour les Travailleurs Migrants, de Paris, e publicado, mediante acordo do autor, no n.º 5 da colecção «Migrations et Sociétés» da Documentation Française e em *Análise Social*.

¹ Por «regresso definitivo» deve entender-se o facto de nenhuma família interrogada ter voltado ao País por um curto lapso de tempo (férias) com a possibilidade e a certeza de voltar a partir. O que não significa que todas as famílias se considerem reinstaladas para sempre, ou que formulem mais algum projecto de partida (ver adiante).

Por outro lado, a tomada em consideração do contexto local, na medida em que é através da estrutura da aldeia que se constituem os *filières* migratórios e pela sua escala de valores que se mede o sucesso dos migrantes. Até aos anos 50, Portugal conservou uma sociedade e uma cultura rurais ricas e diversificadas e os particularismos locais levaram a escolher cinco localidades-tipo que se supõe representarem as situações mais frequentemente encontradas no País.

A) O caso de uma zona rural em declínio, sangrada pela emigração: o concelho do *Sabugal*. Este concelho montanhoso (em média 800 m de altitude) pertence ao distrito da Guarda. A sua população, dedicada à policultura tradicional (centeio, batata, cultura do castanheiro, criação de animais), sofreu uma diminuição de 50% em vinte anos e as formas mais antigas de artesanato (produção de carvão de madeira, tecelagem ao domicílio de lã ou linho) estão em via de desaparecimento. No interior deste concelho de 800 km² (um dos maiores de Portugal), os ambientes locais que ainda se mantêm levaram a estudar mais pormenorizadamente a situação de cinco subconjuntos:

A vila do Sabugal;

A aldeia de Rapoula do Côa, aldeia típica do planalto;

A aldeia de Castanheira, que, económica e culturalmente, pertence já à Cova da Beira, uma depressão mais vasta e mais abrigada;

A aldeia de Fóios, na fronteira com a Espanha. Esta freguesia, num enclave, viveu sempre do contrabando e, por isso, foi, sem dúvida, uma das primeiras a conhecer um êxodo maciço para França, a partir do ano de 1885;

A aldeia de Souto, a mais dinâmica do concelho e a única a ver aparecer criações industriais, por causa da sua função centralizadora de contrabando, à escala do País inteiro.

B) O caso de uma pequena capital regional: Bragança (cerca de 15 000 habitantes, após o afluxo dos retornados), a mais pequena capital de distrito portuguesa, junto à fronteira espanhola, a doze horas de comboio do Porto. Esta pequena cidade sem indústria depende do meio rural circundante e, actualmente, do dinheiro ligado à emigração.

C) O caso de uma vila agrícola e industrial ao mesmo tempo: Caldas das Taipas. A meio caminho entre Braga e Guimarães, está no centro do Minho, a província de Portugal que alimenta as maiores densidades populacionais (mais de 200 habitantes/km²), com uma agricultura intensiva e semelhante à horticultura, aliada de uma indústria muito descentralizada no meio rural. Nesta zona é a cutelaria que domina, mas a região dos têxteis é a menos de 20 km.

D) O caso de uma zona rural em plena mutação: o concelho de Serpa, no coração da Zona da Reforma Agrária do Alentejo. A emigração foi muito mais tardia nesta zona cerealífera, em que predominava a grande propriedade latifundiária.

E) A grande cidade. O interesse do estudo dos regressos a Lisboa era o de determinar se um certo número de antigos emigrantes tentavam a sua sorte no maior mercado de trabalho de Portugal após o seu regresso ao País.

Antes de qualquer análise convém precisar os limites do inquérito, dados pela escolha da amostra e pelo modo de conduzir e explorar o questionário.

Não existem em Portugal nenhuns dados estatísticos sobre a importância e a localização dos emigrados de regresso ao País. Em cada zona, o ficheiro das famílias a questionar teve, portanto, de ser feito empiricamente, interrogando os «informadores privilegiados» que são os representantes populares locais, os comerciantes, o pároco, o professor primário, e, em seguida, as principais famílias interrogadas. Esta lista, constituída em bola de neve, não se pretende exaustiva e o seu valor depende da qualidade dos informadores e da importância que eles dão ao problema (no Alentejo, a questão da emigração não implica as mesmas relações de força políticas que no Norte do País). A sua qualidade depende, sobretudo, da ideia que os informadores têm do conceito de regresso. Sem dúvida que, nestas regiões em que se emigra há já um século, este está ligado ao perfil do trabalhador que volta após uma longa ausência, com a velhice assegurada. É verdade que todos os resultados favoráveis de emigrações foram recenseados, mas, pelo contrário, é plausível que as famílias que se ausentaram por pouco tempo por terem encontrado uma vida semelhante à que acabaram de deixar tenham escapado aos inquiridores.

Em Lisboa, o resultado dos inquéritos é ainda mais estreitamente determinado pela escolha dos informadores: o serviço de pessoal de duas grandes empresas de química e de mecânica. Revela o comportamento migratório específico do proletariado industrial de Lisboa empregado em estabelecimentos em que a política de estabilidade de emprego levava muitas vezes a contratar, de preferência, pessoal que tinha deixado a fábrica há alguns meses ou anos.

A outra limitação deve-se ao carácter muito pessoal que a entrevista tinha forçosamente de tomar. Depois da proibição da emigração e do agravamento da crise, certos portugueses sentem que a sua presença em França é unicamente tolerada. Por reacção, surge uma certa hostilidade nas zonas rurais, que dantes não existia. Além dos sentimentos de desconfiança e, mesmo, a recusa a responder quando o questionador era francês, houve em alguns a tendência a exagerar, por bravata, o sucesso actual e a sobrestimar a ligação à terra natal nas razões que motivaram o regresso. Outros, ao contrário, conferindo aos inquiridores um poder que eles não tinham, insistiam sobre a sua miséria actual, na esperança de estes lhes abrirem (ou aos filhos) as portas da emigração. Excepto ao retomar os dados já fornecidos pela análise dos processos de subsídio de regresso, a exploração das entrevistas foi unicamente qualitativa, mas, para apreciar as condições de reinserção, teve muitas vezes de se contentar com os sinais exteriores de riqueza e, à falta do conhecimento do montante das contas bancárias, de classificar os antigos emigrantes segundo a utilização que fizeram das suas economias.

Embora alguns bens, como a terra, conservem um valor em desproporção com o seu valor económico, a sociedade portuguesa é regida por uma economia de mercado e o atestado de sucesso foi conferido aos ex-emigrantes que estão em condições de continuar a acumular capital, fazendo frutificar as suas economias: é o caso de todos os que montaram uma casa comercial, uma empresa, e dos que são proprietários de vários apartamentos e que vivem dos respectivos alugueres.

Falar-se-á de «melhor-estar» (à falta de termo mais adequado) para resumir a situação daqueles para quem a emigração se traduziu por um

melhoramento das condições de vida — aquisição de uma casa decente, com conforto «moderno», posse de economias que permitam «fazer frente» à compra de terrenos agrícolas que assegurem a existência duma policultura. Este grupo tem meios para assegurar a reforma, mas não tem (ou não se deu a si mesmo) a possibilidade de acumular novo capital. Se bem que a compra de novas terras tenha aumentado o valor e a capacidade de explorações dos bens agrícolas, a maior parte dos antigos emigrantes que voltaram à terra foram classificados nesta categoria, mesmo quando as aquisições de terra foram acompanhadas da compra de alfaías (ver, adiante, II). Com efeito, embora aumentadas, as explorações ficam abaixo dos limiares de rendibilidade duma agricultura moderna, principalmente europeia. E os únicos casos de sucesso neste grupo dizem respeito aos agricultores que pagam a um trabalhador permanente para explorar as suas propriedades.

Finalmente, o *insucesso* traduz ao mesmo tempo a situação daqueles a quem a emigração nada trouxe, porque foi interrompida por doença, por acidente ou por problemas de ordem familiar, e a dos emigrantes que voltaram muito mais cedo do que o previsto (de qualquer modo, antes de ter dado os frutos «suficientes», segundo os padrões locais), por causa da perda do emprego no estrangeiro.

2. O CONTEXTO LOCAL

2.1 OS RITMOS DO REGRESSO

Antes de analisar a história migratória das famílias retornadas e de apreender os comportamentos globais, é necessário isolar o papel do meio local no desenrolar da emigração. Como primeira contestação, em todas as zonas estudadas, o *volume de regresso é baixo* (em comparação com o ritmo de partidas) e nem sempre foi possível atingir o objectivo dos 50 inquéritos por sector estudados.

41 inquéritos em Lisboa, no seio de duas empresas que ultrapassam os 500 empregados.

34 na cidade de Bragança, onde, de facto, a multiplicação das construções clandestinas nos terrenos camarários torna difícil o reconhecimento.

43 em Serpa. Neste concelho, em que foram estudadas três freguesias (Serpa, Pias e Brinches), a situação é especial (ver abaixo). Nem sequer foi possível encontrar treze famílias que tenham trabalhado no estrangeiro como emigrantes permanentes. Por outro lado, mais de metade dos trabalhadores assalariados de UCPs (unidades cooperativas de produção), constituídas pela Reforma Agrária e que reúnem várias centenas de empregados, tinham partido em qualquer altura, como emigrantes sazonais, durante uma ou várias campanhas. O conteúdo absolutamente repetitivo de todas as entrevistas com este tipo de emigrantes fez limitar a 30 o número de inquéritos.

Nas Taipas e no concelho do Sabugal foi possível atingir o objectivo dos 50 inquéritos. Mas, a título de exemplo, um recenseamento mais ou menos completo dos portugueses regressados após 1960, conduzido pela Junta de Freguesia de Fóios — uma aldeia que, em vinte anos, perdeu 57% da sua população e 60% dos seus homens (489 em 1950 e 195 em 1960) —, mostra a lentidão e a regularidade do fenómeno. Um total de 101 portu-

gueses do sexo masculino voltou à aldeia em dezoito anos, mas entre estes estão compreendidos os jovens que tinham partido com os pais e voltaram (a maior parte das vezes sós) para continuar os estudos no país natal, e 22 deles reinstalaram-se, posteriormente, fora da sua aldeia. Ora 45% desses emigrantes tinham voltado antes de 1973 e, nos casos que se seguiram, à excepção de 1974, 1975 e 1976, em que regressaram 38 famílias (por causa dos efeitos do 25 de Abril sobre a modernização da aldeia), o ritmo do regresso reduz-se a 6 e 8 famílias por ano.

2.2 A INFLUÊNCIA DO MEIO LOCAL

Mas, como demonstra o exemplo anterior, em que o desbloqueamento da aldeia por uma estrada alcatroada assegura a Fóios uma nova prosperidade, que justifica, por sua vez, a criação de alguns empreendimentos comerciais e o regresso de certos emigrantes, o meio local tem um papel determinante na história do processo migratório, nos estados de passagem, na maneira como a emigração é assegurada e vivida colectivamente, no processo de reinserção.

Três tipos de antigos emigrantes estão em forte oposição:

- Os operários da aglomeração de Lisboa, empregados actualmente nos ramos modernos da indústria portuguesa;
- Os assalariados agrícolas do Alentejo, antigos emigrantes sazonais;
- Os «outros», isto é, os antigos emigrantes das zonas rurais ou das pequenas vilas do interior.

Os dois primeiros grupos representam conjuntos muito minoritários, mas o seu estudo permite, pela razão dos contrários, precisar e situar o comportamento do contingente que alimentou o essencial da emigração para França.

2.2.1 *Os operários da aglomeração de Lisboa*

Todos os retornados encontrados em Lisboa já habitavam a aglomeração antes de partirem para o estrangeiro. Isto não significa que nenhum emigrante de origem rural tente a sorte no mercado de trabalho da capital após o seu regresso do estrangeiro, mas só confirma as dificuldades actuais em encontrar trabalho no sector das indústrias modernas, que não despedem, mas também já não contratam pessoal. É conveniente lembrar, aliás, que o serviço de pessoal da Lisnave, uma das maiores empresas portuguesas, tinha também salientado os poucos resultados que um inquérito junto dos seus operários daria (ver o artigo do autor publicado no n.º 75 de *Análise Social*).

E, excepto um pequeno número de antigos emigrantes na África do Sul, a maior parte já trabalhava, quer na mesma empresa, quer no mesmo ramo económico. Isto é, ao contrário da maioria dos imigrantes portugueses, os originários da aglomeração de Lisboa já faziam parte do proletariado; destes, metade eram pois também operários, mesmo se, sendo de origem rural, tinham começado a trabalhar na agricultura.

O nível escolar e a formação dos membros desta subamostra constituem outra diferença em relação ao conjunto total. Todos tinham, pelo menos, o nível do fim da escola primária, isto é, quatro anos de escolaridade, e

alguns tinham mesmo feito alguns anos do liceu, ou da escola comercial e industrial. A maior parte deles tinham também uma qualificação profissional — sendo as mais frequentes a de soldador e de serralheiro mecânico. E, mesmo se os seus salários, nesse tempo, parecem extremamente baixos — entre 1500\$ e 2500\$ por mês nos anos de 1968-72 —, situam-se um pouco acima da média, porque, se um professor primário efectivo atinge os 2700\$, encontram-se ainda nos têxteis ou nas conservas de peixe operários pagos a menos de 5\$ a hora. Em todo o caso, são salários bem superiores aos auferidos nos trabalhos do campo — no máximo, 60\$ a 90\$ «de sol a sol» para as ceifas.

Aqui temos, portanto, operários mais novos (têm geralmente menos de 30 anos aquando da partida), com um emprego estável, que têm uma maneira muito diferente de emigrar. Um certo número sai do País por razões políticas (quer porque se recusam a fazer o serviço militar de 36 meses, quer porque se fizeram notar como dirigentes sindicais), os outros apresentam argumentos económicos mais clássicos — melhorar a situação, «sair de uma vida de miséria» —, mas alguns acrescentam ainda que esperavam obter uma qualificação melhor, especializar-se em países com melhor tecnologia e mesmo «abrir o espírito», descobrir o mundo. É preciso recordar que, na realidade, no Portugal dos anos 70, a vontade de emigrar ultrapassa largamente as zonas tradicionais de partida, ganhando os meios urbanos e industriais em via de modernização. Como dizem os ex-emigrantes interrogados, «no bairro, na fábrica, toda a gente via a emigração com bons olhos, conheciam-se os salários praticados no estrangeiro, etc.».

Mas é significativo verificar que esta informação sobre a emigração raramente é em primeira mão. Poucos conhecem as suas realidades e as condições de vida e de trabalho no estrangeiro, porque muito poucos têm pessoas de família próxima que já tenham partido. Por consequência, estes operários são, ao mesmo tempo, os mais desamparados e os mais exigentes quanto ao sucesso da sua emigração.

Não têm os contactos daqueles cuja aldeia já emigra há quinze anos e os raros portugueses que chegam clandestinamente a França nos anos 70 pagam ainda 10 000\$ aos passadores, quando a «tarifa» para os «iniciados» é de menos de 4000\$, por causa da concorrência e da facilidade em passar a fronteira. A maioria dirige-se aos serviços oficiais da Junta de Emigração e, considerando as diferenças de salário nas ofertas de emprego transmitidas pelos diferentes serviços europeus de emigração recolhidos pelo organismo português, dirigem-se principalmente para a Alemanha. Unicamente dois candidatos emigraram para França (clandestinamente e por razões políticas), mas encontram-se também trabalhadores que partiram para a Holanda, Inglaterra, Bélgica, Canadá, Mauritânia, Marrocos, Iraque, consoante os contratos.

Em termos estritamente económicos, esta emigração é, a maior parte das vezes, um falhanço, como o demonstra a curta estada no estrangeiro (em média dois anos e meio). Primeiro, a conjuntura económica presta-se mal a estadas mais prolongadas... e, portanto, mais proveitosas: partindo entre 1970 e 1973, os candidatos esbarram com as políticas restritivas postas em acção a partir de 1973 nos países de chegada, devido ao aumento de desemprego. Estes trabalhadores, os últimos a serem contratados, são os primeiros a quem não são renovados os contratos.

Mas, além desta entrada fora de tempo no mercado de trabalho, o seu comportamento durante a imigração não os predispõe a poupar muito

dinheiro. Com uma profissão, ou mesmo uma certa qualificação, estes antigos operários da zona mais industrial de Portugal acomodam-se mal às tarefas que lhes são confiadas no estrangeiro e alguns, muito decepcionados por não poderem aperfeiçoar a sua bagagem técnica, não chegam a terminar o contrato. Além disso, apesar da sua pobreza, estes operários viviam também na região do país em que os hábitos de «consumo» estavam mais generalizados. Todos salientam que as suas condições de vida no estrangeiro, sobretudo na Alemanha, eram aceitáveis, muitas vezes melhores do que em Portugal, mas também que quase não lhes foi possível fazer economias. Em geral, os Portugueses compraram no estrangeiro um automóvel, electrodomésticos (trazidos para Portugal a maior parte das vezes), mas, depois do regresso, menos de metade é proprietária do alojamento em que habita. Finalmente, o contexto político português, com a revolução do 25 de Abril, influi muitas vezes na intenção de regressar. Evidentemente, é o caso dos que tinham saído devido à sua hostilidade para com o antigo regime, principalmente porque têm a certeza de encontrar trabalho ao voltar (devido à sua atitude de «resistentes», reconhecida pelas comissões de trabalhadores), mas os outros insistem muitas vezes na esperança que a aparição dum regime democrático de pretensões socialistas tinha feito nascer.

Se, na globalidade, a estada no estrangeiro não se traduziu, para esta fracção de emigrantes regressados a Portugal e interrogados em Lisboa, num sucesso económico pouco favorável, isso deve-se ao facto de, cultural e colectivamente (tendo em conta as normas dos subúrbios industriais de Lisboa), estes emigrantes não estarem prontos a aceitar a poupança de formiga e as privações que uma estratégia de acumulação implicam. Interrogados sobre o juízo que fazem da sua experiência migratória, muitos lamentam terem regressado tão depressa (e, por vezes, tão impensadamente) e, no actual contexto de perda do poder de compra e do marasmo económico, desaconselham o regresso a todos os portugueses instalados no estrangeiro. No entanto, poucos lamentam a sua estada lá fora, porque esta é muitas vezes considerada proveitosa pela abertura que traz, pelo enriquecimento pessoal, pela mudança. É, portanto, legítimo imaginar que os que fazem parte desta camada social e que não regressarem são aqueles que melhor se integraram nos países que os acolheram e, sem dúvida, aqueles que mais facilmente e com maior boa vontade se assimilaram às suas culturas.

2.2.2 Os assalariados agrícolas do Alentejo

Se é certo que os operários da cintura industrial de Lisboa, esperando de mais, não tiram grande proveito económico da sua estada no estrangeiro, os assalariados agrícolas do Alentejo, partindo de muito baixo, não obtêm melhores resultados.

O que ressalta mais nitidamente dos inquéritos realizados no concelho de Serpa é a perfeita adequação do estatuto de *operário agrícola* em Portugal («trabalhador», sem que seja necessário acrescentar «agrícola») e o de *sazonal* no estrangeiro. É verdade que se encontram camponeses, pequenos proprietários ou ceareiros, que emigraram temporariamente, mas praticamente não se encontram antigos assalariados que tenham passado longas temporadas no estrangeiro.

Isto explica-se, por um lado, pela falta de tradições migratórias no Alentejo e, por outro, pelo facto de ter sido o Governo que organizou as partidas para o estrangeiro. Esta região de Portugal era dominada pela grande propriedade latifundiária dedicada à cultura extensiva de porcos e de ovelhas e pela exploração de oliveiras e sobreiros. As estruturas sociais tradicionais justapunham um pequeno número de grandes proprietários, em geral absentistas, e uma grande massa de jornaleiros, empregados temporariamente por altura dos grandes trabalhos (ceifas, apanha da azeitona, tirada de cortiça), com, em situações intermédias, alguns pequenos proprietários praticando culturas hortícolas, na proximidade das cidades, ou na situação de rendeiros precários dos grandes proprietários (ceareiros). No conjunto, como demonstra a mediocridade do comércio local, o essencial desta população rural concentrada em grandes vilas sem função industrial vivia à beira da indigência e a pobreza da região impediu qualquer tradição migratória, uma vez que ninguém era suficientemente rico para reunir os fundos necessários para sair do País, sobretudo quando se tratava duma expatriação para o ultramar.

Esta situação de semidesemprego permanente, temperada por um êxodo constante para Lisboa, era indispensável ao funcionamento da economia latifundiária, mas tornou-se socialmente insuportável a partir do momento em que os proprietários começaram a rendibilizar as suas propriedades e a introduzir a mecanização. A partir do início dos anos 60, quando cessam definitivamente as ceifas manuais, o aumento do desemprego levou o Governo a montar o processo de emigração, a fim de paliar a agitação social nesta região conhecida pela oposição latente, mas tenaz, ao salazarismo. Prevalece, portanto, a escolha da emigração temporária, porque traz de volta a Portugal a mão-de-obra indispensável a certos trabalhos realizados noutras estações (é possível, por exemplo, ser «sazonal» na construção civil na Suíça e fazer a apanha da azeitona no mês de Janeiro em Portugal, fazer a colheita da fruta e dos legumes no Rossilhão e voltar a tirar a cortiça no fim do Verão, etc.).

Consequentemente, a emigração sazonal foi compreendida por todos os assalariados agrícolas como uma nova actividade temporária que veio substituir os precários empregos locais desaparecidos devido à mecanização, mas permitindo conservar, e até mesmo melhorar, o ritmo da vida tradicional, feito da alternância de trabalho intenso e repouso forçado. O percurso migratório destes assalariados agrícolas, sempre semelhante em todos os inquéritos, é feito de sucessões de campanhas na beterraba, na colheita de fruta e legumes, nas culturas florais em França, na construção civil, no trabalho nas vacarias ou na viticultura na Suíça. As estadas mais prolongadas no estrangeiro são na Alemanha, onde as empresas assinam, geralmente, contratos anuais. Se é certo que alguns partiram sete ou oito anos seguidos, outros interromperam as viagens sazonais por terem obtido um emprego mais estável no País (o de capataz ou tractorista numa grande propriedade), prontos, no entanto, a tornar a partir se a família necessitar de dinheiro extra (escolarização ou casamento dos filhos).

Mas o que mais surpreende nestas histórias é o isolamento destes trabalhadores durante a sua estada no estrangeiro, a sua impermeabilidade à sociedade que os acolheu. É certo que a organização do trabalho dos imigrantes durante as campanhas da beterraba não predisponha ao conhecimento da sociedade francesa; no entanto, é surpreendente que a maior parte destes antigos emigrantes não saibam duas palavras de francês (e,

com mais razão ainda, de alemão) e nem sempre sejam capazes de precisar em que região trabalharam. E, principalmente, que não tenham partido da estada no estrangeiro para obter contratos de trabalho mais vantajosos. Em França, até à proibição da imigração, em 1974, qualquer estrangeiro detentor dum contrato sazonal conseguia obter o estatuto de trabalhador permanente se encontrasse um empresário que o quisesse contratar dessa maneira e muitos portugueses aproveitaram esta possibilidade para ir a França e legalizar a sua situação. Na Suíça, depois de cinco estadas consecutivas como sazonal com o mesmo patrão e no mesmo cantão, o imigrante podia, respeitando certas condições, obter o estatuto de trabalhador permanente. Ora nenhum dos assalariados agrícolas interrogados aproveitou estas vantagens legais, ou práticas administrativas, sem que tenha sido possível saber se esta atitude se explica pela ignorância destas suas possibilidades, ou se pela falta de interesse por um estatuto de imigrado a tempo completo.

Por consequência, este tipo de emigração cessa quase completamente com a segurança dum trabalho duradouro no País e, portanto, com a instalação da Reforma Agrária: não é aqui o local apropriado para fazer a história e o balanço desta Reforma, mas um dos seus objectivos sociais era o de acabar com a precariedade do trabalho dos assalariados agrícolas e cada UCP, constituída pela união de grandes propriedades, podia atingir ou ultrapassar os 10 000 ha e garantia um emprego estável a várias dezenas de assalariados (mais de 500, por exemplo, na Margem Esquerda, que se estende por 14 000 ha). Mesmo se, no contexto passional que rodeou a Reforma Agrária, os antigos emigrantes tendem a sobrevalorizar o seu papel e a diminuir a sua experiência migratória, os dados estatísticos da Secretaria de Estado da Emigração mostram o laço que se estabeleceu entre o cessar da emigração e a Reforma Agrária. Entre 1966 e 1973, o distrito de Beja forneceu cerca de 70% dos trabalhadores sazonais, empregados em França, e o concelho de Serpa cerca de 20%. No ano de 1975, que corresponde às ocupações das herdades, o número baixa para 30% para este distrito e para menos de 5% para este concelho, situado no coração da luta pela terra. Actualmente, as UCPs estão no limite da sua capacidade de absorção de mão-de-obra e arriscam-se mesmo a fazer despedimentos, devido à remodelação da Reforma (conhecida como direito de reserva), enquanto o marasmo económico impede as partidas para Lisboa. Surge uma nova corrente migratória (ou, antes, surgiria, se os países industrializados abrissem as fronteiras) entre os náufragos da Reforma e os filhos daqueles que nela encontraram trabalho. Estes desempregados estão numa situação pior do que dantes, uma vez que a nova organização do trabalho suprimiu os empregos temporários.

Este tipo muito especial de emigração, articulada estreitamente com as possibilidades do trabalho local, não permitiu a constituição de grandes pecúlios, mesmo se, durante cada campanha, os imigrantes, pagos à tarefa, faziam os possíveis para juntar muito dinheiro: um assalariado agrícola conta, com orgulho, que perdeu 6 kg a sachar 40 ha de beterraba em 19 dias, com dois compatriotas, quando são precisos, em média, 3 a 5 dias para trabalhar 1 ha. Mas era preciso assegurar a subsistência da família em Portugal e pôr dinheiro de parte para prever os tempos mortos da agricultura de ambos os lados da fronteira. Na melhor das hipóteses, alguns trabalhadores sazonais conseguiram tornar-se proprietários da casa em que habitam, comprando uma casa na vila, vaga graças à partida para Lisboa

do seu antigo ocupante. Esta aquisição é muitas vezes considerada como um grande progresso, porque acaba com a coabitação das gerações, imposta pela miséria. Mas são sempre casas antigas, exíguas, sem grande conforto, arrançadas à medida do possível. No concelho de Serpa contam-se pelos dedos as casas novas construídas na periferia das vilas, tal como no resto de Portugal. A fisionomia da vila de Serpa não mudou quase nada em trinta anos e o aumento do preço dos terrenos de construção acompanha a desvalorização do escudo, sem as taxas de especulação praticadas noutros lugares (ver adiante II).

De um modo geral, a maneira como foi vivida a emigração e a incapacidade de a transformar em estada permanente e, portanto, de fazer economias explicam-se pelo comportamento colectivo dum grupo social pobre de mais para poder considerar a partida para o estrangeiro como uma solução para os seus problemas. Além disso, a distância social considerável que existia entre os latifundiários e os assalariados agrícolas dava-lhes uma imagem inacessível da propriedade, numa região de cultura extensiva em que se continua a viver miseravelmente sendo rendeiro duma exploração de 50 ha.

2.2.3 *A camada dos pequenos proprietários*

Os antigos emigrantes encontrados nas Taipas, Bragança e Sabugal, assim como as treze famílias de Serpa que estiveram no estrangeiro durante períodos de tempo relativamente longos, pertencem todos à categoria dos pequenos proprietários fundiários, ou, pelo menos, provêm deste meio, mesmo se alguns deles são operários-camponeses (como os cuteleiros das Taipas), pequenos comerciantes, vendedores ambulantes ou mesmo assalariados agrícolas, no caso de as propriedades da família serem pequenas de mais (devido à divisão das terras) para que todos os filhos pudessem nelas trabalhar.

Ora, neste meio social, e em todo o interior e Norte de Portugal, a emigração, quase contínua a partir do fim do século XIX, é considerada o único meio de reabsorver o excedente demográfico, travar a divisão das terras e obter promoção social.

O consenso social em relação à emigração, reforçado pela proximidade dos países-alvo após 1960, determina a estratégia de acumulação que deve resultar duma estada com êxito no estrangeiro. Trata-se, fundamentalmente, de aumentar um pouco a propriedade fundiária e de constituir (ou reconstituir) uma exploração de policultura de subsistência constituída por número suficiente de parcelas complementares que assegurem a alimentação da família e alguns excedentes para o mercado.

Isto explica que, para além da vivência individual da emigração, esta tenha continuado a ser uma aventura colectiva e, principalmente, que cada zona de partida tenha constituído as suas próprias *filières* de êxodo para este ou aquele sector de chegada, um fenómeno apontado em todas as monografias das aldeias. A cada freguesia portuguesa corresponde uma cidade, um subúrbio francês, suíço ou alemão, no qual os emigrantes se instalam preferencialmente, de tal modo que as aldeias têm mais ou menos êxito na emigração conforme o grau de desenvolvimento do «ponto de aterragem» no estrangeiro e que é colectivamente que se tira partido duma melhor localização, reemigrando para regiões de salários mais altos.

Foi assim, por exemplo, que, nas Taipas, os operários de cutelaria emigraram todos para os estaleiros navais de Hamburgo, desde a crise que se abateu sobre a indústria de cutelaria após o início das guerras coloniais, enquanto os ex-agricultores, pouco familiarizados com o trabalho na fábrica e com menos interesse para os industriais alemães, se voltaram para França.

Em Casteleiro, os primeiros emigrantes partiram para a região de Palles, onde se obtêm os contratos de agricultura (para a produção do milho de semente). Deste ancoradouro, uma parte dos emigrantes da aldeia disseminou-se pelo Sudoeste, até Toulouse; os outros instalaram-se na região parisiense.

Em Fóios, onde o êxodo dura há vinte anos, a formação e o aperfeiçoamento das etapas são ainda mais nítidos. Como a aldeia inteira junta aos seus parques recursos agrícolas a economia do contrabando para a vizinha Espanha, os futuros emigrantes descobriram, a partir dos meados dos anos 50, as possibilidades de trabalho oferecidas pela França por intermédio dos Espanhóis, que já partiam em grande número para lá. A primeira zona de acolhimento foi a Corrèze, por causa das pedreiras de Brive. Obtida a legalização, muitos emigrantes dirigiram-se, em seguida, para a região de Paris. Um pouco mais tarde, e sempre por intermédio dos Espanhóis, os emigrantes de Fóios souberam que as minas de talco de Lussagnet (perto de Ax-les-Thermes) procuravam pessoal estrangeiro e que a prefeitura de Ariège concedia facilmente a legalização aos emigrantes clandestinos, de tal modo era difícil encontrar mão-de-obra para trabalhar a grandes altitudes. No princípio dos anos 60, os novos emigrantes de Fóios dirigiram-se principalmente para os Pirenéus, perto de Ariège. Em seguida, quando uma grande sociedade de construção civil veio montar uma barragem nas redondezas, um grande número de emigrantes deixavam as minas de talco para escavarem as galerias da futura central e seguiram a empresa quando esta começou outra obra perto de Albertville, atraindo, desta vez, para a Alta Sabóia os homens de Fóios que emigravam pela primeira vez. Por fim, no princípio dos anos 70, um grande contingente de emigrantes, já veteranos no trabalho específico de mineiro de galeria em barragens, foi trabalhar na Suíça (perto de Sion), por causa dos salários muito superiores. Assim, nesta pequena aldeia, a emigração foi estruturada segundo dois caminhos, um que, a partir de Corrèze, conduziu uma parte dos habitantes para Paris, e outro que os levou a trabalhar na Suíça, via Ariège e Sabóia. Mas, como os emigrantes de Fóios foram os pioneiros e os iniciadores da orientação da emigração para a Europa (um grande número exerceu também o papel de passador, apesar de os mais hábeis entre estes terem enriquecido sem se expatriarem) e como muitos deles passaram a maior parte da vida no estrangeiro em grandes obras móveis, a vinda da família foi muitas vezes adiada e, por isso, uma parte das economias consagrada à escolarização dos filhos, uma vez que a situação de enclave da aldeia restringe muito a promoção local. O relativo dinamismo de Fóios (ver adiante II) resulta, ao mesmo tempo, duma velha tradição de contrabandistas com iniciativa, duma estratégia bem conduzida da emigração e da abertura de espírito que lhe foi trazida, indirectamente, pelos antigos habitantes escolarizados, instalados nas aldeias do litoral.

3. A VIVÊNCIA DA EMIGRAÇÃO

Uma vez apreciado o peso do meio local, o pano de fundo que determina o projecto migratório, é conveniente analisar a vivência dessas 150 famílias de pequenos agricultores (ou assimilados), a fim de salientar, da história de cada uma delas, as razões do regresso e as condições da sua inserção.

Pode admitir-se que a dimensão da amostragem é adaptada à descrição qualitativa da realidade do processo migratório, na medida em que as tendências observadas nos comportamentos individuais são as mesmas no Sabugal, nas Taipas ou em Bragança e que elas confirmam e precisam as conclusões já tiradas dos processos de subsídio de regresso.

3.1 IDADE E ESTRUTURA FAMILIAR

A primeira vista, a idade média destes antigos emigrantes é, na verdade, elevada, visto que mais de metade tem mais de 45 anos e mais de um terço passou dos 50 anos. No entanto, observando com mais atenção a pirâmide etária, surge uma espécie de baixa para as idades compreendidas entre os 40 e os 32 ou 33 anos, como se duas estruturas demográficas se sobrepusessem nos regressos: por um lado, um grande grupo de portugueses cuja idade está entre os 55 e os 40 anos (cerca de 2/3 do conjunto) e outro grupo, estimado num quarto, cuja idade média oscila à volta dos 30 anos. Por outras palavras, a estrutura demográfica permite pressentir já que muitos voltam para uma reforma antecipada, enquanto o regresso dos mais novos pode significar o insucesso da tentativa migratória ou a oportunidade duma especulação rendável no País.

A duração da estada no estrangeiro também coincide com os dados revelados pela análise dos processos de subsídio de regresso: mais de metade das famílias excede os dez anos. Mas a fraca percentagem das estadas de curta duração (só onze casos em que o emigrante voltou ao País após menos de dois anos) explica-se, sem dúvida, pela minoração, no inquérito, das situações em que o êxodo não passou duma tentativa sem seguimento. É mais interessante a verificação de que, em mais de um terço das entrevistas, a estada no estrangeiro não foi contínua, tendo sido interrompida por regressos ao País que excediam a duração legal das férias. Um voltou para acabar a casa. Outro, depois de acumulado um pequeno pecúlio, lança-se no contrabando e no ofício de passador; e, apanhado pela Polícia, arruinado pelas multas, ao sair da prisão tem de voltar para França. Um terceiro, depois duma discussão com o patrão, que acaba ao soco, acha mais prudente voltar para Portugal durante algum tempo, etc. Razões familiares, de saúde, pessoais, acidentes, todas estas oportunidades de voltar confirmam que, para os emigrantes, a noção de regresso não implica que ele seja definitivo, e ainda agora a maioria deles conservam os seus cartões de permanência até ao limite de validade, persuadidos (ou fingindo) de que poderão ainda voltar a partir, se for necessário. Esta convicção é, aliás, uma das razões da recusa do subsídio de regresso para os que não se sentem muito pressionados pela necessidade.

Mas, para além destas práticas de vai e torna, os inquéritos salientam a firmeza dos laços que os prendem ao país natal. Logo que o trabalhador clandestino consegue legalizar a sua situação de emigrante junto das auto-

ridades portuguesas (a partir de 1966, a emigração deixou de ser um crime passível de prisão, passando a ser um simples delito resolvido por uma multa de 500\$ paga no consulado português, no caso de o serviço militar ter sido cumprido), faz por voltar todos os anos nas férias, e mesmo duas vezes por ano, no Natal e em Agosto, quando é possível e a situação financeira o permite. E muitas vezes, na narração da vida no estrangeiro, a memória dum Verão sem férias em Portugal está associada a um problema familiar: «Eu estava doente...», «Estava desempregado...», «Tinha tido um acidente...», etc. Nalguns casos (num total de seis), com o acordo do patrão, o trabalhador prolonga as férias até fins de Setembro ou meados de Outubro, a fim de fazer os trabalhos do campo, as colheitas, a vindima. «Eu voltava para França tranquilo», diz um deles, «a família tinha provisões para o Inverno e, como o patrão é simpático, compensava-o com horas durante o resto do ano.»

Devido a estes laços estreitos mantidos com Portugal, um pouco mais de metade dos emigrantes ficaram sozinhos no estrangeiro (78 em 143); a percentagem é um pouco mais alta para os que trabalhavam na Suíça e na Alemanha e, naturalmente, é de quase 100% para aqueles para quem a emigração não passou duma breve tentativa. Por outro lado, mais de 60% dos que foram para França chamaram a família para junto deles. Regra geral, quanto mais jovens são os cônjuges, mais rápido é o reagrupamento; por outro lado, quanto mais numerosa é a família, maior é a tendência para o emigrante ficar sozinho no estrangeiro. Mas, descendo ao pormenor, é preferível falar de sistema «misto», em vez de reagrupamento familiar: a mulher alterna estadas em Portugal e estadas com o marido, de acordo com a maneira como foi resolvida a guarda dos filhos. A educação destes, divididos entre Portugal e o seu segundo país, parece ser o problema mais difícil de resolver para as famílias emigrantes.

Num grande número de casos — e isto foi uma das surpresas do inquérito —, os filhos são deixados no país natal com membros da família (tios, avós). Este ponto foi apontado e confirmado por todos os informadores privilegiados, em particular pelos professores de Bragança, dado que esta capital de distrito possui as únicas escolas de ensino secundário da região e concentra um grande número de «órfãos de facto», mais ou menos entregues a si mesmos.

Por vezes, a mãe vem dar à luz a Portugal, amamenta a criança durante um tempo e, em seguida, confia-a aos avós e volta para junto do marido.

Nos casais jovens, a mulher fica muitas vezes no estrangeiro enquanto os filhos são pequenos e depois, quando se põe o problema da escolarização (e, o que é estranho, no fim da escola primária), regressa com os filhos, deixando o marido sozinho.

Por outro lado, quando o trabalhador já tem uma família numerosa, são os filhos mais velhos que vão ter com o pai quando, por sua vez, já têm idade para trabalhar, e, por vezes, uma rapariga emigra também, para cuidar da casa do pai e dos irmãos. Mais tarde, quando os meios parecem suficientes, a mãe e os filhos mais novos juntam-se à família já instalada.

Lendo em pormenor os inquéritos, verifica-se que todas as combinações possíveis foram experimentadas pelos antigos emigrantes, existindo mesmo o caso extremo dos casais emigrados na Suíça, contratados por empresas diferentes, que se reuniam unicamente aos fins de semana.

Neste contexto, em que os trabalhadores tentam conciliar, o melhor que podem, os objectivos económicos da emigração com a manutenção da

vida familiar, é natural que o número de filhos seja baixo, em relação às taxas de natalidade, tradicionalmente altas, dos distritos do Norte e Centro de Portugal (mais de 40% no distrito de Braga nos anos de 60): 56% das famílias têm, pelo menos, três filhos e as grandes famílias, de mais de seis, representam só 14% do total. Estes números parecem muito superiores aos dados recolhidos aquando do estudo do subsídio de regresso, mas a comparação não é possível, na medida em que este só tinha em linha de conta os filhos menores.

Além disso, ressalta nitidamente o facto de a emigração ter introduzido uma ruptura no comportamento destas antigas famílias de emigrantes. De um modo geral, os que saíram muito novos têm, em seguida, muito poucos filhos, e as grandes famílias já estavam constituídas antes da partida do pai para o estrangeiro.

Finalmente, quando a família inteira emigrou, os pais não regressam acompanhados pelos filhos maiores, que parecem desejosos de prolongar a sua estada no estrangeiro, e mesmo de lá se instalar permanentemente.

Mesmo que jovens emigrantes tenham também voltado, confirma-se portanto que a maioria dos que regressaram nunca tinham tido a intenção de se fixar no país onde trabalhavam e que haviam emigrado obedecendo a antigas tradições familiares. Com efeito, cerca dum terço das famílias encontradas tinham tido um parente próximo (pai, tio) emigrado antes da segunda guerra mundial, a maior parte no Brasil ou na Argentina — o que confirma o facto de pertencerem à camada dos pequenos proprietários —, mas em oito dos casos era já para França que a emigração tinha sido feita. E, ao contrário dos sazonais do Alentejo ou dos operários de Lisboa, a quase totalidade destes antigos emigrantes tinham (ou têm ainda) parentes próximos residentes no estrangeiro, susceptíveis de lhes facilitar a ida ou, pelo contrário, chegados graças à sua ajuda. À coesão da aldeia, parcialmente restaurada graças às *filières* tecidas pelo meio local, junta-se portanto a coesão familiar, que atenua o choque da transplantação, facilita a aprendizagem da sociedade em que entram e conserva a escala de valores do grupo.

3.2 NÍVEL DE VIDA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As razões da partida para o estrangeiro foram quase sempre de ordem económica. Com a excepção de um antigo oficial envolvido na tentativa de golpe de Beja em 1962 e que tinha sido obrigado a fugir para a Argélia, nenhum dos antigos emigrantes justifica a sua partida por razões políticas, nem mesmo para fugir ao serviço militar, de 36 meses. Este último ponto merece alguma atenção, porque um grande número de jovens portugueses saíram clandestinamente para escapar à guerra colonial. Talvez seja necessário concluir que estes últimos, a quem foi impossível, durante muito tempo, voltar ao País, se tenham integrado na sociedade que os recebeu e não pensam voltar.

Nas entrevistas repete-se permanentemente a descrição da miséria do Portugal dos anos 60 e a da crise aguda dum sistema rural em via de destruição. Devido à exiguidade ou à pulverização das explorações, a agricultura não pode dar trabalho a todos os membros das famílias rurais e os filhos têm de se empregar nas propriedades maiores, com salários de fome. Em Casteleiro, como era uso nas Cévennes no século anterior, constituem-se todos os anos equipas de trabalho — os *ratinhos* (a expressão

é simbólica) — para irem fazer os grandes trabalhos na planície do Ribatejo. Paralelamente a esta crise da agricultura, o desenvolvimento da indústria no litoral destrói inexoravelmente o artesanato rural, que tinha até aí assegurado o apoio indispensável. Uma multidão de sapateiros, carvoeiros, vendedores ambulantes, latoeiros, tecelões é obrigada a emigrar. Nas Taipas, onde a cutelaria ultrapassou o estado artesanal, a perda dos mercados coloniais (após o início da guerra da independência), para onde se escoava sem concorrência a parte mais medíocre da produção, suscita uma crise que é fatal às pequenas empresas. Alguns pequenos patrões emigram, tal como os operários despedidos. De uma maneira geral, para os mais pobres, a emigração aparece neste período como o único escape à miséria, ao desconforto, à promiscuidade. Para os outros, como o único meio de lutar contra o empobrecimento crescente. Nalguns casos, quando o movimento migratório está bem estabelecido, portugueses oriundos de meios mais desafogados (filhos de proprietários médios, de comerciantes) expatriam-se por sua vez, quer para constituir um pecúlio, quer, sobretudo, para resolver problemas de ordem pessoal ou familiar (o único mecânico de Casteleiro zanga-se com o pai e emigra, deixando a aldeia sem técnico capaz de reparar os motores de irrigação; outro vai-se embora após uma crise sentimental, etc.).

Mas, quaisquer que tenham sido as razões profundas da partida, todos os emigrantes inquiridos após o regresso ao país natal tiveram o mesmo comportamento no estrangeiro, trabalhando arduamente e consagrando todos os seus esforços à acumulação dum pecúlio. É, aliás, a parte mais precisa dos inquéritos, porque os antigos emigrantes fazem ponto de honra em salientar a dureza das tarefas e o número de horas que faziam («Só um português era capaz daquilo...»). O estudo da estabilidade no emprego não é conclusivo e encontram-se mais ou menos tantos trabalhadores que ficaram sempre na mesma empresa como emigrantes que mudaram várias vezes de patrão, por vezes consoante os salários. Do mesmo modo, se o estudo dos ramos de actividade é delicado, por causa da importância do número de imigrantes empregados na metalurgia na Alemanha e na engenharia civil na Suíça, e se uma grande minoria terminou a sua estada no estrangeiro, trabalhando na construção e nas obras públicas, é notável que poucos emigrantes tenham tentado qualificar-se ou passar dos ramos económicos considerados como menos nobres, como estes, para outros, considerados mais atraentes, como a mecânica.

O importante para estes trabalhadores — sublinhado por todos — era ganhar o máximo, independentemente da tarifa horária, desde que o número de horas de trabalho autorizadas fornecesse um salário que permitisse pôr dinheiro de lado. No conjunto, os salários de base dos que voltam de França em 1976 — uma média de 2600 francos na região de Paris e cerca de 1500 ou 2000 marcos na Alemanha (o salário mais elevado, o dum antigo pintor-estucador, é de 4500 francos) — são modestos, mas, com os subsídios de deslocação, as horas extraordinárias, «fazendo um jeito» aos vizinhos ao domingo (como diz um), a maioria duplica o salário; a este junta-se quase sempre o das mulheres, as quais trabalhavam todas, numa altura qualquer, quando se juntaram ao marido. E os que tiveram mais sucesso e, ao que parece, juntaram mais dinheiro são aqueles cuja mulher conseguiu um lugar de porteira — com o alojamento gratuito e a possibilidade de trabalho como mulher a dias, o casal pôde conseguir um complemento financeiro apreciável.

Durante a sua vida profissional, poucos estiveram desempregados durante longos períodos, porque estavam decididos a aceitar qualquer emprego para recomeçar a trabalhar. E, se, durante a fase expansionista da Europa ocidental desse tempo, o desemprego não era irremediável, a doença ou o acidente parecem ser o terror dos emigrantes. Todos se lembram e contam pormenorizadamente o que lhes aconteceu, porque estavam convencidos de que qualquer diminuição do vigor os impediria de conservar o seu ritmo de trabalho e os obrigaria a voltar mais depressa a Portugal.

A este desejo de acumular a maior quantidade de dinheiro possível corresponde uma vida de grande austeridade para aqueles que estavam decididos a voltar. Aliás, o inquérito deu azo a um debate animado, numa taberna das Taipas, entre emigrantes vindos de férias, uns dizendo que é preciso viver como os naturais do país em que se trabalha, outros salientando que é preciso fazer sacrifícios para preparar o regresso. Foi esta última estratégia que seguiram os emigrantes que encontramos e, em particular, a metade da amostra que viveu sempre como celibatária. Nenhum tinha feito qualquer espécie de investimento duradouro no país de chegada. Estes trabalhadores isolados são geralmente alojados pela empresa — nos abarracamentos das próprias obras ou em lares de trabalhadores (principalmente na Alemanha e na Suíça). Alguns alugavam um quarto numa pensão, outros viviam com uma família, mas muito poucos (6) alugaram um apartamento e constituíram uma vida autónoma.

Para os que mandaram vir a família, as condições de vida são mais difíceis de apreciar com base em informações recolhidas *a posteriori* em Portugal e muito variáveis consoante o tamanho das aglomerações em que os trabalhadores viviam. No entanto, verifica-se que unicamente 3 famílias eram proprietárias duma casa pequena, revendida aquando do regresso, e que, por outro lado, outras 4 habitaram sempre em *roulottes*, para estarem perto das obras e facilitarem o trabalho do marido. Os ex-emigrantes declararam ter comprado «o que era preciso», isto é, o equipamento básico duma família operária contemporânea: frigorífico, televisão, máquina de lavar roupa, fogão.

Os móveis foram, em geral, vendidos ou cedidos no fim da estada, mas os electrodomésticos são, a maior parte das vezes, trazidos, devido ao seu preço muito elevado em Portugal. Metade dos portugueses emigrados com a família tinham carro e trouxeram-no, sempre que foi possível a desalfandegação.

Por outro lado, menos de um terço dos trabalhadores isolados tinham comprado um carro.

4. REINSERÇÃO E NÍVEL DE SUCESSO

Segundo os critérios já definidos, e tendo em conta as declarações dos interessados, e mesmo as informações dadas por terceiros, nessas aldeias em que tudo se sabe, o inquérito revela que, em 147 emigrantes regressados, 36 obtiveram sucesso, na medida em que são capazes de continuar a acumular capital; 72 melhoraram o seu nível de vida; 39 consideraram a sua emigração como um insucesso ou tiveram de voltar por causa do desemprego.

276 Como esta divisão é necessariamente subjectiva e discutível para as situações-limite, pode tomar-se como ordem de grandeza que 25% tiveram

sucesso, 25% falharam e 50%, sem ter mudado de camada social, vivem melhor do que antes da partida.

4.1 O INSUCESSO

15 emigrantes voltaram porque estavam desempregados. Isto confirma o que já tinha sido salientado na análise dos processos de subsídio de regresso: a perda do emprego não é a principal razão do regresso dos portugueses ao seu país; e, aliás, alguns desses ex-desempregados não se encontravam totalmente desprevenidos. Caso a estada no estrangeiro tenha sido suficientemente longa, eles podem ser proprietários da sua casa, ou ter comprado alguma parcela de terreno. Um deles estava mesmo disposto a abrir um talho na sua aldeia. Na realidade, os desempregados foram colocados neste grupo, porque regressaram contra vontade. Aliás, é entre estes 15 ex-emigrantes que se encontra o maior número de pedidos de subsídio de regresso (7 famílias). Isto pode parecer estar em contradição com as conclusões tiradas da análise da utilização da circular Stoleru pelos portugueses, mas é preciso ter em consideração não só o facto de a maior parte dos inquiridos terem sido feitos durante o primeiro semestre de 1978, num momento em que a circular Stoleru era mal vista pelos imigrantes, mas também o de, estendendo-se o regresso das famílias encontradas de 1974 a 1978, poucas terem regressado após o início deste projecto.

As outras causas de insucesso são de ordem familiar ou pessoal. E é, naturalmente, entre estes ex-operários que falharam a emigração que se encontram as estadas no estrangeiro mais curtas. O resumo do seu insucesso é, como eles próprios dizem e segundo a opinião dos outros, que «não trouxeram quase nada» e que são «tão pobres como dantes» — um julgamento que nos recorda como os resultados da emigração foram codificados pela colectividade local sob a forma de sucesso material.

A cabeça das causas de insucesso vêm a doença e o acidente, como nos mostra o exemplo de Alfredo, vítima de um acidente de viação grave, em Espanha, por ocasião dum regresso a Portugal. Depois de curado tentou voltar a França, mas já não tinha força suficiente para retomar o seu trabalho de pedreiro. Viveu precariamente de emprego temporário em emprego temporário e acabou por regressar a Bragança, onde a Câmara Municipal lhe arranhou trabalho como coveiro. A sua numerosa família vive numa casa pequena paga com a indemnização do acidente e restaurada por si mesma com a ajuda dos filhos mais velhos, que já trabalham.

Em seguida, os problemas e dramas familiares, como o do ex-emigrante, actualmente pedreiro, que voltou de repente quando o filho de 19 anos morreu num acidente de viação. Outro regressou quando a mulher foi internada num hospital psiquiátrico. Muitos interromperam o percurso migratório porque a mulher não suportava ficar sozinha e não conseguia «fazer girar» a casa na ausência do marido.

Estes exemplos, muitas vezes penosos, mostram como o desfecho duma aventura migratória é frágil, aleatório, condicionado pela pouca sorte, sempre possível, e determinado pelo equilíbrio familiar. Nestas sociedades rurais, em que a mulher tem um papel considerado secundário e apagado, não se conhece nenhum emigrante que tenha conseguido vencer se a mulher não tiver suportado a separação ou a instalação num país estrangeiro.

O Sr. Armando, de 51 anos, acaba de chegar a Portugal com a mulher e os 4 filhos, a uma pequena aldeia que depende da freguesia de Rapoula da Côa, depois de vinte e um anos em França, onde ficou a filha mais velha. Com a ajuda do filho de 19 anos vai retomar a exploração agrícola herdada do pai e aumentada pelas compras sucessivas de pequenas terras. Por falta de cadastro, é difícil saber a superfície da propriedade... talvez 5 ha divididos em 28 parcelas em socalcos pela colina abaixo, com os castanheiros em cima, depois as terras de batata e centeio e, perto do ribeiro, a erva para o pasto. Um tractor não parece rendável, um motocultor é muito frágil, e é portanto a família inteira que se vai encarregar dos trabalhos desta agricultura, que exige muita mão-de-obra. Vivem numa casa muito velha, sem nenhum conforto, a 3 km de mau caminho da estrada alcatroada, mas o Sr. Armando já comprou um terreno para construir uma casa nova junto à estrada principal. Os planos estão feitos, o dinheiro para a construção no banco e o ex-emigrante, que era pedreiro, vai fazê-la ele mesmo. As razões por que regressou: um certo cansaço da França («Quando olhava pela janela do meu prédio, não via um metro quadrado que me pertencesse») e, com o agravamento da crise, o fim das horas extraordinárias e o desemprego do filho mais velho (que regressou seis meses antes dos seus para preparar as terras), a família já não conseguia economizar.

O Sr. X, das Taipas, voltou da Alemanha em 1976, depois de doze anos nos estaleiros navais de Hamburgo. Era cuteleiro antes de partir e voltou à sua antiga empresa logo que sentiu que os Alemães iam começar a restringir a imigração e que era mais prudente regressar. Em 1974 já tinha comprado terreno numa zona quase açambarcada pelos emigrantes da aldeia e mandara construir uma casa com todo o conforto moderno.

Quando um estrangeiro deixa a Alemanha, é reembolsado das somas descontadas para a reforma (uma vez que não se vai reformar na Alemanha nem receberá uma pensão a partir dos 65 anos). Este reembolso, que os portugueses chamam «os fundos», representa muitas vezes somas importantes (pelo menos 500 a 600 contos no caso deste ex-emigrante, que se mostrou discreto sobre o montante da sua conta bancária); com este dinheiro, o cuteleiro comprou uma pequena propriedade, que é cultivada por um caseiro que nela reside. Os lucros são pequenos, mas trata-se dum investimento que, além disso, assegura à família o vinho e uma parte da alimentação quotidiana.

Aqui temos dois exemplos daquilo que chamámos o «melhor-estar»: por um lado, a aquisição, graças à emigração, da casa, de alguns bens fundiários suplementares e, por vezes, de um apartamento para alugar na cidade próxima (Guarda, Braga) ou em Lisboa e, menos frequentemente, de acções de valor incerto a seguir ao 25 de Abril (Torralta, por exemplo); e também, muito provavelmente, uma conta bancária bem fornecida. Por outro lado, todos arranjam emprego no País, alguns na administração local, mas a maioria na agricultura, na construção civil e mesmo na cutelaria nas Taipas.

Todos os ex-emigrantes classificados nesta categoria consideraram que a emigração tinha valido a pena, «que eram mais ricos do que dantes, que podiam fazer frente ao futuro», que, em resumo, tinham vencido na vida, segundo as regras camponesas.

Mas, ao contrário dos «brasileiros», que faziam fortuna e voltavam para se transformarem em benfeitores e pessoas importantes na terra, a sua actual prosperidade não garante o futuro da família, enquanto a conjuntura local oferece pouco trabalho aos filhos. É significativo que, no exemplo citado acima, o filho mais velho, desempregado, seja obrigado a explorar a quinta com o pai. Nos inquéritos já se volta a encontrar a coabitação dos casais jovens com os pais. E, finalmente, o valor dos bens possuídos tem a ver com o prestígio que o meio local atribui a certas aquisições (ver adiante II) e depende do equilíbrio que se estabelece actualmente entre a população que fica na aldeia e a que reside no estrangeiro.

Fazendo a lista das razões do regresso, parece que os ex-emigrantes estão relativamente conscientes do carácter instável da sua situação, mesmo que tenham frequentemente tendência a sobrestimar o seu sucesso actual. Porque a decisão de voltar quase nunca resulta dum cálculo maduramente reflectido, dum projecto a longo prazo. A impressão que prevalece, de tal modo o regresso parece por vezes súbito, inopinado, é que, passado o nível de economia considerado suficiente, um certo número de dificuldades, de privações, de separações até aí suportadas se tornam intoleráveis. Descobre-se que os filhos que ficaram em Portugal se tornaram uns estranhos, «já não se suporta a solidão, uma pessoa sente-se doente», as sequelas antigas de acidentes impedem o trabalhador de conservar o seu ritmo habitual, etc. O cansaço, o desgaste, estão muitas vezes na origem desta ruptura do equilíbrio e um período de uma dúzia de anos no estrangeiro parece ser o limiar a partir do qual o trabalhador deixa de conseguir manter o seu ritmo de trabalho. Esta duração corresponderia mais ou menos ao tempo necessário para uma emigração bem sucedida segundo as regras colectivas, se a má sorte não se tiver abatido sobre o trabalhador.

4.3 O SUCESSO

Os 36 casos de sucesso decompõem-se da seguinte maneira:

8 criações industriais e artesanais:

- 2 ex-emigrantes montaram uma oficina de mecânica e de reparação de material agrícola;
- 2 ex-emigrantes montaram uma empresa de construção e obras públicas;
- 2 ex-emigrantes montaram uma fábrica de pedra de construção;
- 2 ex-emigrantes montaram uma empresa de confecções.

2 empresas de transportes e táxis.

2 compras de propriedades agrícolas.

24 montagens de estabelecimentos comerciais de todos os géneros, entre estes, 12 cafés, com ou sem restaurante.

Verifica-se, portanto, que as criações de empresas industriais são limitadas e que unicamente 2 famílias investiram numa agricultura nitidamente capitalista (o ex-oficial conspirador comprou uma propriedade de 50 ha no Alentejo, aproveitando a diminuição de preço da terra na região após o 25 de Abril, e outro emigrante montou em Fóios uma criação industrial de porcos, em associação com um português que ficou no estrangeiro).

Quer dizer que o investimento da emigração em actividades realmente produtivas continua fraco. É também conveniente observar que estas criações de estabelecimentos industriais e comerciais permanecem de nível modesto, ao que parece, embora as pessoas não tenham patenteado a sua contabilidade aos inquiridores. Vistos do exterior, e tendo em conta os que empregam pelo menos um assalariado, 15 negócios ultrapassam o nível estritamente artesanal:

Uma empresa de transporte de Bragança, particularmente dinâmica, que possui já um parque de 8 autocarros, 6 camiões e 3 táxis e cujo proprietário se especializou no transporte escolar e na condução dos filhos dos emigrantes para junto dos pais, na época das férias.

Uma fábrica de confecções e outra de pedra de construção de Souto, montadas por emigrantes que voltaram para Portugal ou residem ainda no estrangeiro.

Uma empresa de construção e obras públicas de Fóios, com 8 operários.

Sete cafés-restaurantes no Sabugal, em Bragança e nas Taipas.

O montante dos capitais recolhidos para a criação de certos negócios é surpreendente (por exemplo, um casal jovem que dá 1500 contos para a compra de metade das quotas do maior hotel-restaurante do Sabugal e deixa supor que a família já possuía algumas ligações).

As outras realizações comerciais ou artesanais estão mais de acordo com as economias susceptíveis de serem acumuladas através da emigração. As oficinas de mecânica fazem reparações para a clientela local; a segunda empresa de construção, ou, mais precisamente, de obras públicas, nasceu fortuitamente da necessidade de um ex-emigrante numa escavadora mecânica. De volta ao Sabugal, em 1976, para construir um pequeno prédio com o irmão, igualmente emigrante, comprou uma escavadora em segunda mão para fazer as fundações e compreendeu que existia uma procura no concelho para a execução deste tipo de trabalhos. Com o lucro da venda dum dos apartamentos do prédio, este antigo pedreiro comprou outro aparelho e empregou um ajudante. A mulher, ajudante de enfermagem numa clínica de Paris, esperou o sucesso da empresa para regressar, por sua vez, e em 1978, considerando que o negócio estava bem lançado, pediu o subsídio de regresso, com a segurança de encontrar trabalho no hospital local.

Se alguns estabelecimentos comerciais visam colmatar lacunas existentes nos circuitos de distribuição (peixarias, lavandarias, drogarias, talhos) e parecem estar adaptados ao aumento do consumo (ver adiante II), a criação de pequenas mercearias mal equipadas, à maneira tradicional, e, sobretudo, a multiplicação das «tascas» levantam dúvidas sobre a rentabilidade de tais investimentos. Nas Taipas, cada subdivisão desta vila espalhada no meio dos campos tem uma ou mais tascas e em Fóios existem três!

Comparando o percurso migratório dos que estão em situação de continuar a acumular com as tendências gerais já reveladas, surgem, no entanto, poucas diferenças, a não ser a idade dos investidores: 2/3 deles têm menos de 45 anos. Mas, se é verdade que todos tiveram a sorte de nunca ficar gravemente doentes durante a sua estada no estrangeiro, nem de sofrer acidentes sérios, não parece que tenham ganho salários grandemente superiores às médias que verificámos, nem que tenham adquirido maior qualificação.

A oposição mais notável parece ter a ver com os antecedentes familiares, porque é nesta fracção da amostra que se encontra o maior número de ex-emigrantes filhos de pequenos comerciantes ou médios proprietários

que reconhecem que os motivos económicos não foram a única razão da sua partida para o estrangeiro. Por outro lado, os investimentos também parecem ser muitas vezes o resultado de projectos familiares — o que é tanto mais nítido quanto maior é o capital envolvido; isto permite ainda compreender a relativa juventude destes ex-emigrantes. O grande transportador de Bragança, filho dum comerciante da região do Porto, tinha comprado os primeiros autocarros antes mesmo do seu regresso e confiara a gestão do negócio ao pai. Ainda em Bragança, numa família de proprietários médios particularmente bem sucedidos, o primeiro filho a regressar arranjou um emprego de escritório na Câmara Municipal e, deste ponto estratégico, vigiou o mercado imobiliário local; dois anos mais tarde, um dos seus irmãos comprou um grande café-restaurant e, tempos depois, um terceiro montou um talho na proximidade, enquanto um quarto instalava uma joalharia na mesma rua. Esta solidariedade prolonga-se ainda hoje, visto que, à hora do almoço, toda a família vem ajudar. Como último exemplo, parece que nas duas empresas de confecções e de pedra de construção de Souto teriam entrado muitos capitais com origem no contrabando, «lavados» e reciclados em operações legais.

Pode parecer surpreendente ouvir por vezes estes antigos emigrantes dizerem que se decidiram repentinamente, sem reflectir («Soubemos pelo telefone que o hotel estava à venda e decidimos-nos imediatamente», declara o dono do hotel do Sabugal), e que, portanto, a criação do fundo de maneo não foi feita após o regresso, num segundo tempo. Isto revela, com efeito, que o interessado, ou, antes, o grupo familiar, já dispunha do dinheiro necessário e só estava à espera duma especulação interessante. Este tipo de comportamento é confirmado pela conotação aventureira que o grupo social sempre associou à emigração.

Uma última diferença em relação às outras famílias encontradas reside na maior atenção que é dada à educação dos filhos. Para a maior parte das outras, e, curiosamente, principalmente quando as famílias tinham seguido o trabalhador, a formação escolar, em geral breve, desemboca rapidamente no trabalho e, portanto, na participação na economia familiar. Nenhum filho das famílias regressadas dos outros subgrupos do inquérito fizeram longos estudos no estrangeiro. E, quando uma família justifica o regresso pela preocupação com a educação dos filhos, é principalmente ao medo dos «maus hábitos» que faz referência. Todos os ex-emigrantes mais ricos declaram «empurrar» os filhos para a escola e alguns mesmo dizem ter montado o seu negócio com essa intenção, como aquele mecânico de Casteleiro convencido de que a filha será professora de Francês em Portugal, enquanto nunca seria professora de Português em França. Com efeito, o desafogo económico atingido com a estada no estrangeiro permite à franja superior dos ex-emigrantes imitar as aspirações e entrar em competição com a classe tradicional dos homens importantes da aldeia, os que nunca precisaram de partir.

CONCLUSÃO

3/4 das famílias encontradas voltaram por sua livre vontade, sem que as condições da estada lhes tenham tornado a vida no estrangeiro insuportável. A descrição do seu percurso migratório é conforme às conclusões do estudo dos processos de subsídio de regresso, mas não deve ser esten-

dida ao conjunto da colónia portuguesa em França e, singularmente, à considerável fracção que decidiu instalar-se permanentemente no estrangeiro, ou, pelo menos, que ainda está irresoluta quanto à sua escolha.

Isto significa que, à parte alguns insucessos, que têm menos a ver com o desemprego no país de chegada do que com a pouca sorte ou a fragilidade de certas famílias, os regressos fazem-se em ritmo lento, mas regular, em função do equilíbrio que se estabeleceu entre as capacidades de reemprego do meio local e a importância das economias consideradas suficientes para poder voltar.

Ora verificou-se que o montante desta poupança, como, aliás, todos os momentos do percurso migratório, estava estreitamente dependente da escala dos valores que o grupo social da aldeia empresta à emigração e que o julgamento que todos os ex-trabalhadores expatriados faziam sobre o seu próprio sucesso dependia da natureza das aquisições que é socialmente útil e desejável realizar.

II

As BASES ECONÓMICAS LOCAIS DE INSERÇÃO

Embora, em última instância, a emigração seja regida pelos desníveis de desenvolvimento entre os países de partida e os de chegada e pelos fluxos dominados por estes últimos, ainda é o nível local, desfasado da crise que se abate sobre as economias europeias, que modula os ritmos de regresso. A sua aparente prosperidade é o reflexo da poupança feita durante a expansão e os bens nele trocam-se em função da procura especulativa criada pelos emigrantes, sem que o montante dos investimentos e das aquisições esteja em relação com o lucro que se pode esperar, tendo em conta a produtividade das regiões consideradas. Paralelamente, nascem rivalidades surdas entre os que ficaram — e cuja maneira de viver não aguenta a corrida — e os que partiram (os que são chamados os *avec*) e criam-se situações de conflito entre os novos-ricos da emigração, que açambarcam a economia, e os homens tradicionalmente importantes, parcialmente despossados do poder financeiro, mas fortemente agarrados ao poder político.

Não é questão, neste trabalho, de apreender todos os efeitos da emigração sobre a economia e o contexto sociopolítico, nem de dissecar as situações locais, necessariamente muito diferentes, uma vez que a metodologia das entrevistas se baseou precisamente nessa diversidade. Há uma grande distância entre Bragança, uma pequena capital que vive, hoje em dia, do seu papel comercial, administrativo e escolar, e as pequenas aldeias do concelho do Sabugal, ainda inteiramente voltadas para a agricultura. Com mais razão ainda, não há comparação possível entre as Taipas, uma vila cuja prosperidade está ligada à da cutelaria e, embora menos, à da produção vitícola e de lacticínios, e Serpa, no meio dos grandes latifúndios cereálíferos, mergulhada na tempestade da Reforma Agrária.

Mas trata-se aqui de precisar, através do estudo do problema do emprego e do funcionamento da economia, não só como é que o ritmo dos regressos se pôde ajustar às potencialidades locais, mas também de pressentir quais seriam os efeitos de regresso mais numerosos e precipitados numa sociedade em que a principal riqueza é, neste momento, a exploração da emigração.

1. A QUESTÃO DO EMPREGO

Qualquer que seja a riqueza dos ex-emigrantes incapazes de viver unicamente dos rendimentos do seu capital, as condições do regresso são sempre determinadas pela possibilidade de encontrar trabalho no país natal e a criação de novos postos tem uma incidência imediata sobre a decisão de voltar. No contexto, um pouco particular, é certo, do Alentejo, o fim da emigração sazonal segue-se à criação das UCPs. Nas Taipas, o regresso dos operários dos estaleiros navais de Hamburgo no momento em que os Alemães restringem a imigração faz-se sem grande dificuldade devido ao renascer da cutelaria nos anos de 1975-76. Os trabalhadores, que trazem as suas economias, muito aumentadas pelos fundos, podem encontrar emprego numa das quatro fábricas locais modernizadas, cuja produção é estimulada pelo aumento da procura interna, que segue a alta dos salários após o 25 de Abril. Os chefes das empresas verificam nessa altura uma grande procura de cutelaria de boa qualidade, de aço inoxidável, registando muitas encomendas de faqueiros completos para casamentos ou para raparigas que fazem o seu enxoval. Mas, se, nos anos de 1975-76, estas fábricas, que já tinham mais de 100 operários, aumentaram de 30% a 50% o seu pessoal, a diminuição dos salários reais nos anos que se seguem faz estagnar a produção e as empresas que já se tinham endividado para se modernizarem já não contratam pessoal e pensam em despedir. Os antigos trabalhadores dos estaleiros de Hamburgo tiveram portanto a sorte de a redução da imigração na Alemanha corresponder a um aumento temporário dos contratos na sua antiga actividade profissional na aldeia natal. Analisando os inquéritos, verifica-se também o regresso de alguns emigrantes que voltam com a promessa dum emprego na câmara municipal (um ou dois empregados de escritório, um electricista em Bragança). Mas, com excepção de um pequeno grupo de trabalhadores que voltam para trabalhar na construção civil (e, a maior parte das vezes, a tempo parcial, à tarefa, como «artista», isto é, em semiartesanato por exemplo, para ajudar um vizinho a acabar a casa), *a maior parte dos ex-emigrantes não se reinseriram na produção como assalariados*. A maioria consegue uma reforma antecipada recomeçando uma pequena agricultura de autoconsumo e os mais hábeis voltam-se para o comércio.

1.1 O DECLÍNIO DO MEIO RURAL

É que, efectivamente, a grande vaga migratória começada nos anos 60 se traduziu por uma redução correlativa do emprego e, sobretudo, as condições em que se operou esta emigração restringiram ainda mais a aparição de novos sectores produtivos aptos a criar postos de trabalho.

Em termos globais, a sangria migratória teve repercussão, primeiro que tudo, sobre a estrutura demográfica no interior de Portugal. De 1960 a 1970 (última data de recenseamento), a população desta zona diminuiu, em média, 20%; na maior parte das freguesias dos concelhos do Sabugal e de Bragança, as taxas de regressão acumuladas fazem reduzir a população em 50% entre 1950 e 1970 e deve considerar-se que este declínio se prolongou até ao ano de 1975. Em seguida, a proibição da imigração e o regresso dos retornados das antigas colónias fazem inverter a tendência localmente (em Bragança e na vila do Sabugal). Em muitas zonas, o saldo

migratório não se contentou em absorver o excedente da população, fez também inverter os termos do saldo natural, sendo agora o número de mortos maior do que o de nascimentos. Este envelhecimento e esta retracção da população influenciam a modernização do meio local e, em particular, suprimem todo e qualquer dinamismo do sector agrícola, que ocupa, em média, mais de 80% da população activa. No concelho do Sabugal, 76% dos agricultores tinham mais de 45 anos em 1968 (quando do último recenseamento agrícola) e esta percentagem elevava-se a 85% quanto aos proprietários de mais de 20 ha de terras.

Mas o declínio não afecta unicamente o sector agrícola, dizendo também respeito ao conjunto do mundo rural e das profissões artesanais a ele ligadas. Em Casteleiro, para só citar este exemplo, existiam mais de 12 000 ovinos pastando na montanha e hoje não há mais de 400; a profissão de pastor transumante desapareceu. Com o fim desta criação acaba-se o antigo artesanato da tecelagem de lã, ao fechar, por volta de 1950, uma pequena fábrica que produzia cobertores para o mercado local. Enquanto antigamente o carvão de madeira da região se vendia na planície vizinha e, ao mesmo tempo, os pinhais substituíam as culturas, verifica-se agora que certas famílias de emigrantes cujo marido está no estrangeiro compram lenha a intermediários que a trazem do Alto Alentejo (a cerca de 100 km). Todos os pequenos moinhos de água (para moer o grão e prensar o azeite) ao longo do rio estão em ruínas. Os dois alfaiates e o sapateiro fecharam a loja porque estas profissões artesanais, que asseguravam o complemento indispensável à sobrevivência, não resistiram à concorrência dos produtos fabricados industrialmente no litoral e não foram substituídas pelas indústrias modernas. A única actividade mineira que se tinha desenvolvido durante a segunda guerra mundial e os anos que se seguiram (extração do volfrâmio) parou completamente nas regiões estudadas quando a normalização do comércio mundial permitiu explorar noutros pontos do globo jazigos de teor mais alto. O resultado desta decadência da vida local tradicional é que o número de assalariados empregados na indústria regride, entre os dois recenseamentos industriais de 1954 e 1972, nos dois concelhos do Sabugal e Bragança. No primeiro, o número de operários passa de 540 a 251 (para uma população total actualmente superior a 20 000 habitantes) e, no segundo, de 785 a 705 (para uma população que excede os 30 000 habitantes); sem ter em conta o sector mineiro, o aumento de postos de trabalho na indústria é de 82 no Sabugal e 104 em Bragança em 18 anos (graças, principalmente, à construção civil).

Finalmente, se a emigração é, ao mesmo tempo, causa e consequência do declínio do meio local, a maneira segundo a qual foi concebida, ou, antes, aceite, ao nível político nacional aumentou ainda mais a recessão no interior de Portugal. Para as autoridades de Lisboa, a vaga migratória dos anos 60 permitia a modernização dos sectores úteis do litoral, com as remessas dos emigrantes a equilibrarem a balança de pagamentos e assegurando sem sobressaltos a liquidação da ordem social e económica antiga. Por exemplo, sem dúvida nenhuma que, sem este fluxo de trabalhadores para a Europa industrializada, as cidades da costa ver-se-iam inundadas dum subproletariado miserável e socialmente perigoso. O resultado é que, com a ajuda da sangria das guerras coloniais sobre o orçamento não foi consagrado ao interior do País nenhum investimento do Estado, com excepção de realizações que interessavam a toda a colectividade nacional (como as grandes barragens do Douro, ao sul de Bragança).

A parte a delimitação, aliás pouco onerosa, de parques naturais, a acção mais manifesta do Estado limita-se a uma intensa política de reflorestação (que concorre para desestabilizar o meio rural), a fim de aprovisionar os grandes complexos de pasta de papel instalados no litoral. Mas os grandes projectos de melhoramentos regionais (muitas vezes irrealistas de tal modo se tornaram um mito, por serem tantas vezes prometidos e depois esquecidos) ficam no papel: é o caso da expansão e valorização local do jazigo de ferro de Moncorvo, no distrito de Bragança, e do plano de irrigação da Cova da Beira a partir das águas do Côa, que beneficiaria os limites meridionais do concelho do Sabugal. Passa-se o mesmo com a barragem do Alqueiva, no Guadiana, peça-chave da irrigação do Alentejo, que modificaria radicalmente as condições da agricultura no concelho de Beja. O projecto só tomou corpo — e a sua realização só foi anunciada para um futuro próximo — com a criação do enorme complexo industrial de Sines e das novas necessidades energéticas que se tornava imperioso satisfazer.

O mesmo se passa com a valorização turística dos distritos de montanha, que se limita à criação de uma dúzia de hotéis de luxo geridos pelo Estado (ou pousadas) nos itinerários mais frequentados pelos viajantes que se dirigem para a costa. Mas o potencial termal, em muitos casos florescente antes da segunda guerra mundial, quando as classes abastadas iam a águas, está actualmente ao abandono. Só no concelho do Sabugal, duas instalações balneárias de antiga reputação nacional (termas de Cró e Agas Radium) estão em ruínas e, nas Taipas, as instalações termais, que têm, no entanto, fama para o tratamento de doenças de pele, estão hoje em dia fechadas, porque os esgotos da povoação poluíram a nascente.

Esta ausência de investimentos produtivos é acompanhada de demoras ou de lentidão correlativa na instalação dos equipamentos colectivos. A electrificação atingiu nestes últimos dez anos a generalidade das aldeias, mas muitas pequenas aglomerações ainda não têm luz eléctrica. A rede rodoviária é de qualidade medíocre: são precisas mais de oito horas para cobrir os 250 km que separam Bragança do Porto e as vias de interesse local tornam-se impraticáveis à primeira tempestade. A instalação duma rede de esgotos é simplesmente embrionária na maior parte das freguesias. Os equipamentos sanitários de qualidade estão igualmente ausentes: a maior parte das pequenas aldeias não têm médico; na melhor das hipóteses, uma ajudante de enfermagem e um clínico que vem todas as semanas dar consultas. Os centros regionais têm falta de especialistas: não há nenhum ginecólogo em todo o distrito de Bragança e as mulheres com mais posses vão às consultas e ter os filhos a Espanha. A escolarização acabou por atingir todas as aldeias e (em teoria) todas as crianças, mas, em contrapartida, os equipamentos anexos estão muito atrasados e não há sistemas de albergue previstos nos centros regionais onde existem os liceus e escolas técnicas, por exemplo; a criação de pensões para estudantes cuja família vive longe é uma das actividades secundárias dos habitantes da Guarda e de Bragança.

Os edifícios públicos são inadaptados à sua função e, por outro lado, não são mantidos como deve ser. A degradação é ainda maior quando se trata do património camarário. As administrações de base (câmaras municipais e, sobretudo, juntas de freguesia), sem meios financeiros, sem pessoal competente, são incapazes de conceber e gerir o seu espaço comunitário, de tomar o papel de primeiro fornecedor de empregos, que têm as *mairies* das pequenas cidades francesas. E, apesar de, em Portugal, as administra-

ções centrais parecerem empregar muitas vezes um pessoal superabundante e, frequentemente, pouco produtivo, *ao nível regional e local, o papel do terciário controlado pelo Estado e pelas colectividades de base nunca passou de embrião*. Uma tese recente que pormenorizava as funções de Évora, capital do Alentejo, mostrava que o seu equipamento e o seu poder de atracção não são maiores do que os de uma pequena ou média cidade francesa: Mende ou St. Flour, por exemplo.

Na realidade, e implicitamente, o poder central, representado pelos notáveis da região, tinham deixado à emigração o papel de animar a vida local e de resolver o problema do emprego.

1.2 EMPREGO E EMIGRAÇÃO

No decénio de 60, todos os náufragos da transformação do meio rural tiveram a possibilidade de arranjar trabalho fora do País e verificou-se que a atracção dos altos salários tinha mesmo tentado uma fracção pequena burguesia artesanal ou comerciante local. Este êxodo permitiu reabsorver o subemprego local, mas nem por isso sanou o mercado de trabalho. Efectivamente, por um lado, por falta de mão-de-obra barata, os antigos empresários ou grandes proprietários de terras reduziram as suas actividades e, por outro lado, quando a emigração se tornou a principal actividade económica, os detentores das riquezas locais, em vez de investirem na modernização do sector rural, voltaram-se para as rendosas actividades especulativas que ela oferecia. À parte os empregos ligados «ao sector migratório» — comércio, construção, transporte —, o mercado de trabalho local diminuiu e acentuou-se a fuga para a frente pela emigração.

No princípio dos anos 70, nas aldeias tornadas zonas de férias ou de reforma, o futuro dos jovens resume-se à partida para o estrangeiro para os menos instruídos e ao êxodo para o litoral para os que têm alguns estudos. Perante a rarefacção de mão-de-obra local, na única grande exploração agrícola de Casteleiro (mais de 600 ha) foi preciso mandar vir trabalhadores do Alentejo. Em Bragança, alguns empresários de construção civil queixam-se de terem de ir buscar mão-de-obra mais cara ao Porto para os trabalhos mais especializados.

Este equilíbrio rompeu-se com o fim da emigração nos anos de 1973-74, ao qual se seguiu rapidamente a crise geral da economia portuguesa, que suprime qualquer possibilidade de arranjar trabalho nas cidades do litoral. Pode dizer-se que as novas gerações, particularmente de filhos de emigrantes que ficaram em Portugal enquanto os pais trabalhavam no estrangeiro, se encontram «bloqueadas» dentro do seu próprio país e que a crise da «segunda geração», criada no desafogo económico, mas privada da única saída que conhecia, toma proporções inquietantes. As situações características de desemprego e subemprego já surgem num grande número de filhos das famílias interrogadas e os inquiridores eram frequentemente abordados por jovens que lhes pediam que lhes «arranjassem um contrato».

É em Bragança, capital escolar (7000 alunos para uma população de 15 000 habitantes), mas também centro político regional, que este estado de facto é mais sentido e temido. Neste meio muito conservador, estreitamente controlado pela igreja, a formulação das questões sociais toma muitas vezes um tom moralista e, à vista dos grupos de jovens reunidos nos cafés nos intervalos das aulas (continuando os estudos sem grande

esperança ou já desempregados), os mais docentes ou clericais falam facilmente de delinquência, insistindo no papel corruptor da emigração, que introduziu hábitos de facilidade sem criar hábitos de trabalho. Este aumento do desemprego leva os caciques locais a adiantarem-se e a exigirem do Governo a instalação de planos de melhoramento regionais, reservando o dinheiro dos emigrantes para as regiões donde são originários.

O fim da emigração fechou, portanto, o período de facilidade durante o qual a partida para o estrangeiro servia de enxutório a todas as tensões sociais. E sem dúvida que esta tomada de consciência da mediocridade do mercado de emprego local leva muitas famílias emigradas a adiarem o regresso, sem por isso resolverem a contradição em que estão mergulhadas (e não foi, portanto, por acaso que a exploração dos processos de subsídio de regresso revelou um número muito pequeno de famílias que voltaram acompanhadas por adolescentes). Com efeito, se a família regressa, o pai encontrará sempre trabalho no campo ou conseguirá sempre completar os seus ganhos fazendo «uns trabalhos» aqui e acolá, mas os filhos ficarão desempregados; se, pelo contrário, a família prolonga a estada no estrangeiro, os filhos mais velhos acabarão por fazer a sua vida por lá e a unidade familiar será destruída.

Escusado será dizer que um regresso maciço e precipitado seria insuportável, devido à pobreza do mercado de trabalho local, e destruiria as bases frágeis e fictícias da economia das zonas consideradas.

2. AS BASES DA ECONOMIA LOCAL

2.1 A PROSPERIDADE

Nenhuma região parece mais próspera do que as zonas maciçamente afectadas pela emigração. Neste país, ainda muito pobre, basta comparar a estagnação dos subúrbios operários de Lisboa ou das vilas do Alentejo com qualquer aldeola na serra para ver a diferença. Esta verifica-se primeiramente na renovação do património imobiliário, porque salta aos olhos e é muitas vezes denegrida pelo viajante apressado, que deplora o mau gosto dessas «casas tipo *maison*» semeadas na paisagem portuguesa, que estragam completamente o ordenamento harmonioso das velhas aldeias de granito. Mas nenhuma outra região do País tem tal ritmo de construção de casas de habitação, nem pode oferecer à população condições tão decentes de conforto. Um recenseamento bastante exacto das habitações de Fóios mostra, por exemplo, que 3/4 das casas da vila são ou novas ou renovadas e que metade das construções antigas que subsistem estão abandonadas ou servem de depósitos ou armazéns. Analisando, nos concelhos estudados, a evolução das autorizações de construção, surge um aumento médio de 7% nos anos 60-65 e 70-75. Estes números, sem dúvida inferiores à realidade, revelam a multiplicação das casas construídas ou aumentadas sem autorização da câmara municipal (clandestinas), a fraqueza dos meios de controlo do poder local e também as dificuldades crescentes que ele tem para dominar uma urbanização anárquica e assegurar as infra-estruturadas de base. No Minho, onde o povoamento é disperso até ao infinito, a renovação tem um cariz mais discreto, porque cada qual constrói nas suas terras, próximo da casa velha. Nas Beiras e Trás-os-Montes, onde predomina

mina o povoamento compacto, a reconstrução faz-se, a maior parte das vezes, nas franjas da antiga aldeia, ao longo dos principais eixos de comunicação. Nas cidades pequenas e nas vilas (Sabugal, Bragança, Taipas), ao lado da multiplicação anárquica de moradias na periferia, a urbanização faz-se, igualmente, sob a forma de loteamentos, muitas vezes clandestinos, como o de Mãe d'Água, em Bragança, onde já foram construídas mais de 100 casas, a maioria das quais pertencem a emigrantes, quer para residência própria, quer para aluguer. A novidade é, actualmente, a aparição de prédios de vários andares, que degradam o equilíbrio histórico destas velhas cidades. No Sabugal, estes edifícios não ultrapassam os 3 andares, mas nas Taipas já se chegou aos 6 e em Bragança foram feitas duas torres de 10 andares, felizmente escondidas do palácio ducal por uma colina. Os emigrantes são muitas vezes mestres-de-obras quando se trata de pequenas realizações, ou compradores da maioria dos apartamentos dos prédios maiores.

A segunda forma em que se traduz a prosperidade é o aumento do comércio e a transformação dos hábitos de consumo. Nas aldeias pequenas, a «loja» que vende tudo, onde se encontravam os poucos produtos indispensáveis a uma população sem dinheiro (peças de tecido, bacalhau, barras de sabão, arame, etc.), é substituída por estabelecimentos de comércio mais numerosos e especializados. Há uma dezena de anos existia uma única loja em Fóios e nenhuma padaria: cada qual fazia o seu pão escuro no forno familiar, a menos que se comprasse pão de trigo trazido de Espanha, às costas, por vendedores ambulantes, com o lucro de 1\$ por quilo. Hoje em dia existem quatro estabelecimentos na aldeia e três tascas; um padeiro e um talhante vêm todos os dias duma freguesia vizinha fazer a distribuição de pão e carne frescos. Em Casteleiro, a evolução é comparável: às quatro lojas antigas modernizadas (que conservam o seu fundo tradicional, mas substituem pouco a pouco as peças de tecido por artigos de confecção) vieram juntar-se um talho, duas mercearias, três cafés tipo *snack-bar*, com balcão de zinco, *flipper* e televisão. Mas é nas pequenas cidades que a transformação é mais evidente: com a aparição de ruas nitidamente comerciais, fenómeno até agora apanágio das grandes cidades portuguesas, e a multiplicação de grandes armazéns industriais e comerciais, o aumento do número de comerciantes seria de 8% no Sabugal entre 1960 e 1975, mas estas estatísticas são pouco seguras porque só são recenseadas as empresas que pagam impostos e o aparelho fiscal sofreu muitas modificações nos últimos anos. Mas o Sabugal possui muitas lojas que vendem unicamente artigos de pronto a vestir, uma lavandaria, uma peixaria, várias joalharias e dois minimercados. E Bragança faz figura de verdadeira capital regional com um nível de equipamento comercial comparável ao de uma cidade francesa do mesmo tamanho: uns trinta bares-restaurantes, *snack-bars*, um *self-service*, duas *boîtes* e um estabelecimento de móveis na periferia da cidade.

Comparada com as normas do equipamento europeu e mesmo espanhol, a estrutura comercial aqui evocada pode parecer modesta, mas é bastante notável quando confrontada com as médias portuguesas: os subúrbios industriais de Lisboa estão longe de estar tão bem equipados e as vilas do Alentejo pouco tocadas pela emigração sazonal e habitadas maioritariamente por assalariados agrícolas sem poder de compra conservam as formas tradicionais e parcimoniosas de distribuição: em Pias, todo o comer-

cio de retalho pôde ser absorvido por uma cooperativa de distribuição criada sob a égide da Junta de Freguesia e em Serpa não havia nenhum restaurante aberto durante o mês de Agosto nesse ano, porque o único tinha fechado para obras; uma tentativa de instalação de um verdadeiro restaurante em 1974 (após a subida dos salários rurais) acabou em falência dois anos mais tarde.

É também o ritmo da actividade comercial que singulariza as zonas de emigração e o seu carácter sazonal, estritamente dependente dos regressos dos trabalhadores para as férias do Verão e do Natal. No Sabugal ou nas Taipas seria impensável que o restaurante local fechasse durante o mês de Agosto, o mês das reuniões de família, em que os comerciantes têm a sua estação alta. No Sabugal, para citar um exemplo, as ruas da parte velha estão permanentemente engarrafadas; as tabernas estão sempre cheias, as rodadas de vinho seguem-se umas às outras; no Robalo, conhecido pelos seus churrascos, há cabrito e borrego na brasa a qualquer hora do dia. Todos os dias, os sinos da igreja anunciam um casamento ou um baptizado e o Sol-Rio, o maior restaurante do sítio, celebrou 43 festas de família num único mês. Este frenesim de consumo traduz-se por uma completa saturação dos serviços colectivos: o acesso a qualquer guiché requer uma demonstração de força, telefonar é um desafio, encontrar gasolina, uma lança em África — as duas únicas bombas da cidade esgotam num dia o seu contingente semanal habitual...

A prosperidade revela-se também na actividade bancária: enquanto espera pacientemente a sua vez para trocar algum dinheiro, o inquiridor surpreende-se com os maços de notas que saem de velhas caixas de cartão, cuidadosamente contados e recontados pelos dedos nodosos de velhas camponesas, ou com as longas discussões técnicas que se travam entre os empregados e os emigrantes que vêm saber o que é feito do seu dinheiro. Infelizmente, é difícil ser mais exacto, porque, tendo uma lei recente reforçado ainda mais o segredo bancário, nenhum director pôde precisar o montante dos depósitos dos emigrantes e não existem estatísticas ventilando os movimentos nos estabelecimentos financeiros, por distrito e por concelho. Mas verifica-se por todo o lado a multiplicação de sucursais bancárias: Taipas, a 8 km de Guimarães e 15 km de Braga, inaugurou recentemente o seu primeiro banco, Sabugal tem dois, Bragança quatro e, nas aldeias pequenas, os comerciantes mais antigos continuam a funcionar como correspondentes. Não há dúvida de que, de maneira muito paradoxal, são as agências instaladas no interior, nas regiões sem desenvolvimento económico real, que têm o maior volume de depósitos: o director da sucursal do Banco Português do Atlântico do Sabugal reconhece que o seu estabelecimento é o 3.º do País, depois da sede em Lisboa e da sucursal de Almada (na zona industrial e portuária da capital), enquanto, à vista dos resultados da sua própria agência, que tem a melhor produtividade do Norte de Portugal, o director dum banco do concelho de Mirandela (23 000 habitantes) estima em 10 milhões de contos o saldo das operações realizadas pelos emigrantes durante o ano de 1978.

2.2 O PAPEL DA EMIGRAÇÃO NA ECONOMIA LOCAL

Observando as formas e os ritmos actuais de consumo, é portanto a emigração que constitui actualmente a base principal da economia local e o dinheiro enviado do estrangeiro o motor do enriquecimento de todos.

Para os comerciantes locais isto é, evidentemente, decisivo: basta medir a diferença de preços entre as «estações» de Agosto e do Natal e o resto do ano, registar a difusão da moda do consumo à francesa no interior de Portugal (introdução do hábito do aperitivo, aparição de estabelecimentos chamados *charcutaria* em vez de *salsicharia*, apesar de a matança e o consumo de porco estarem tradicionalmente na raiz da economia doméstica). É preciso não esquecer que o enriquecimento de alguns comerciantes nasceu do papel de prestamistas que tiveram na época da emigração clandestina, avançando, e a que juízo!, o dinheiro do passador. Não foi unicamente com o lucro da sua loja que um negociante de Casteleiro conseguiu comprar um terreno de 100 ha, quando foi dividida a maior propriedade da região.

A segunda categoria social que aproveitou directamente do dinheiro dos emigrantes foi a das profissões ligadas à construção civil. Verifica-se, por exemplo, a duplicação, em quinze anos, das empresas de construção no Sabugal e um aumento importante do custo da mão-de-obra, que pede até 800\$ à hora quando é muito especializada. Aliás, é unicamente neste ramo que surgem os investimentos directamente produtivos: pequenas serrações, oficinas de carpintaria e serralharia industrial, pequenas fábricas de blocos de construção. No entanto, escusado será dizer que esta actividade circunstancial está estritamente ligada às transferências de fundos dos emigrantes.

Mas, além destas camadas profissionais directamente ligadas aos lucros transferidos do estrangeiro, é o conjunto global da população que tenta aproveitar o maná que se lhe oferece, que tenta inserir-se no jogo especulativo, em detrimento de actividades produtivas que garantam a manutenção a longo prazo da prosperidade fictícia que estas regiões conhecem.

É certo que se podem citar alguns exemplos de modernização real, como o desenvolvimento de pomares nas zonas abrigadas de Casteleiro, em substituição de culturas medíocres de centeio, a aparição de criações de porcos ao nível industrial em Fóios ou duma cooperativa de lacticínios em Rapoula do Côa, mas os esforços dos mais corajosos parecem muitas vezes votados ao insucesso, por falta duma política agrícola e de fixação de preços coerentes das autoridades de Lisboa: aqueles que tentaram a cultura do malte ou o aumento da produção da batata no interior não vão esquecer tão cedo os prejuízos da superprodução do ano passado e a incapacidade da Junta das Frutas no que respeita ao armazenamento dos excedentes.

É assim que a actividade mais rendável para os grandes e médios proprietários fundiários, muitas vezes homens idosos que acumulam o estatuto de proprietários com o exercício de outras actividades (comércio, profissões liberais e, nas Taipas, indústria da cutelaria), é a venda especulativa, parcela a parcela, de terras aos emigrantes enriquecidos. Por vezes, pequenos agricultores tomam de arrendamento ou obtêm graciosamente o usufruto das propriedades abandonadas temporariamente pelos emigrantes. Este fenómeno parece mais frequente na zona das Taipas, de agricultura muito intensiva e onde não se encontram terrenos incultos. Nas terras altas do interior, o sistema agrário com base na cultura do centeio e do castanheiro está em pleno declínio.

Para a população urbana, a exploração dos emigrantes é mais delicada e subtil. Ao nível colectivo nota-se já que, por exemplo, todas as juntas de freguesia deslocaram as festas locais para o mês de Agosto, uma atitude louvável que transforma a festa do santo padroeiro em festa de reencontro

que refaz a unidade da aldeia. Mas, graças à bem conhecida emulação entre os emigrantes, esta escolha da data permite às autoridades cobrir as despesas (as três grandes festas de Fóios custam mais de 700 contos) e mesmo obter alguns benefícios.

Para a igreja, o mês de Agosto também é a época dos peditórios e vendas de caridade frutuozas e a renovação de inúmeros santuários atesta bem a generosidade dos emigrantes.

No que diz respeito ao pessoal administrativo, surgem muitas vezes acusações de venalidade. Falando de certa câmara, os emigrantes declaram que «é preciso bater com os pés, levando as mãos cheias, para lá se poder entrar». Noutro local pretende-se que certo funcionário do distrito, bem colocado para conhecer os planos de urbanização, faz promoção imobiliária depois do emprego. A legalização de casas clandestinas também merece alguns favores, assim como a desalfandegagem de automóveis. E, se as casas dos emigrantes parecem muitas vezes tão feias e conformistas, é que os arquitectos locais vendem a alto preço alguns planos estereotipados. Podia estender-se muito a lista destas práticas pouco honestas, prolongamento, na economia mercantilista, de comportamentos herdados da antiga ordem paternalista, que regateava os valores dos poderosos à docilidade dos pobres. É uma prova do carácter pouco sadio que toma actualmente o desenvolvimento económico baseado na especulação e no «salve-se quem puder».

Na realidade, no interior de Portugal, hoje em dia, a linha de clivagem passa entre aqueles que tiram proveito da emigração e aqueles que, empobrecidos no meio da prosperidade geral, vêem baixar o seu nível de vida e a sua importância. Os juízos que se fazem sobre a realidade migratória estão, evidentemente, ligados às vantagens que traz a uns e recusa a outros e não é por acaso que é a antiga camada da pequena e média burguesia urbana (professores, médicos, padres) que denigre mais, não a emigração, que consideram indispensável, mas os emigrantes, chamados novos-ricos grosseiros, cheios de prosápia.

No entanto, estes últimos não são apenas a aposta dos interesses locais, são também os agentes da especulação ambiente e pode dizer-se, sem receio do paradoxo, que é no circuito bancário que o seu dinheiro é mais bem empregue. É verdade que não é a região que lucra com ele, mas, pelo menos, pode supor-se que é usado para investimentos produtivos à escala do País.

Na verdade, como foi demonstrado pelos inquéritos, só uma pequena parte das economias dos emigrantes passa para a modernização do sector agrícola, considerado como não rendável, ou para a criação de empresas industriais cuja capitalização inicial ultrapassa a disponibilidade individual, na ausência de legislação que facilite a constituição de cooperativas de produção. No que diz respeito ao desinteresse pela agricultura, o aumento em flecha da compra de material agrícola nos últimos anos não nos deve iludir. É verdade que se podem contar 12 tractores na freguesia de Fóios e que o director da maior sucursal de equipamento agrícola de Bragança verifica que as suas vendas de tractores ultrapassam uma média de 100 por ano na década de 70, com um número máximo de 270 em 1977, para a totalidade do distrito. Mas, a maior parte das vezes, trata-se de compras de precaução e, tendo em conta a extrema divisão do terreno, o material só funciona algumas horas por ano. Certas pessoas, efectivamente, alugam

o seu tractor aos vizinhos, mas outros (sobretudo emigrantes residentes no estrangeiro) guardam pura e simplesmente a máquina a um canto. Este tipo de compra traduz, sobretudo, a vontade de lutar contra a erosão monetária que afecta o escudo: em Portugal, como o demonstra o mercado de carros em segunda mão, qualquer bem de consumo semidurável se valoriza ao longo dos anos. A esta vontade de conservar o poder de compra do seu capital junta-se também, para alguns, o medo de serem expulsos do país em que trabalham. Estes sabem que terão de voltar à terra, mas nem por isso estão dispostos a recomeçar a cultivá-la com os meios que dantes possuíam. Convencidos, à partida, de que o trabalho não será lucrativo, pelo menos tentam que não seja demasiado penoso.

O paradoxo desta sociedade ainda rural é que, quanto menos atractivos tem a agricultura, mais aumenta o preço da terra. Primeiro, porque, para estes ex-camponeses, os bens fundiários continuam a ser os mais valiosos. Mas também porque a procura é superior à oferta, particularmente no que respeita aos lotes para construção na proximidade das aldeias, ou às hortas irrigáveis perto das habitações e facilmente exploradas por reformados. É difícil abarcar a amplitude das mutações fundiárias, uma vez que o interior de Portugal ignora o cadastro e que o estudo da evolução dos impostos lançados pelo Estado sobre cada venda (as sisas) se mostrou muito pouco conclusivo: as taxas variam com os anos, os valores declarados são notoriamente subestimados para escapar aos impostos e, finalmente, a partir de 1976, os emigrantes e seus descendentes são isentos de qualquer imposto.

Mas, comparando os dados fornecidos pelos informadores privilegiados, perguntando por que preço foi vendida recentemente (ou poderia ter sido vendida) determinada parcela de terreno, pode admitir-se, empiricamente, que os preços decuplicaram nos últimos cinco anos. *Esquematicamente, a evolução do fundiário não só acompanha a desvalorização do escudo, mas também se alinha sobre o poder de compra que as moedas estrangeiras tomam no mercado português e, finalmente, sobre os preços praticados nos países de origem, por causa do desejo de conservar o valor do capital.* A título de exemplo, em Fóios, por uma horta com 400 m² junto da praça principal, um emigrante estava pronto a comprar, para fins de construção, na base dos 1500\$/m². O proprietário recusou, por achar o preço baixo de mais. Em Souto, a aldeia mais opulenta, graças ao contrabando, citam-se parcelas negociadas a mais de 2000\$/m². Mas na região do Sabugal e de Bragança pode dizer-se que o preço da terra para construção não desce abaixo de 1000\$ para os terrenos viabilizados situados na proximidade imediata das aldeias ou vilas. No Minho, apesar da superpopulação, o mercado fundiário é menos tenso por causa do carácter muito disperso e livre do povoamento. Desde que esteja perto dum caminho, qualquer terra de cultura serve também para construção, mas no loteamento das Fontainhas, a 2 km do centro, o terreno foi negociado a 500\$/m² há dois anos.

O preço das terras de cultura vai de par. É verdade que se negociam de cada vez parcelas de tamanho muito reduzido, mas, considerando 1 ha, o valor dos terrenos irrigáveis ultrapassaria actualmente os 800 contos. Para dar um exemplo de subida especulativa dos preços, um proprietário médio de Casteleiro, particularmente engenhoso (e negociante de batatas e adubos nas horas vagas), vendendo judiciosamente uma após outra as

múltiplas parcelas das suas propriedades (cerca de 20 ha ao todo), chegou a comprar um só terreno de 100 ha quando do desmembramento, já mencionado, da maior quinta da região. É preciso acrescentar que esta subida em flecha da terra foi ainda estimulada, nestes dois últimos anos, pelas compras efectuadas por alguns retornados.

O resultado desta especulação condena a longo prazo qualquer modernização da agricultura, que, no entanto, continua a ser a principal actividade destas regiões e, em todo o caso, a sua primeira «vocaçào», na medida em que a subida dos preços exclui dos mercados as famílias que ficaram no País e gostariam de aumentar as suas propriedades. Em Fóios, as três famílias mais ricas, aquelas que contratavam em tempo parcial assalariados agrícolas e que controlavam a administração local, não puderam acompanhar o ritmo da «prosperidade geral» e, o que é uma situação ainda mais excepcional nesta aldeia modernista, perderam mesmo a direcção da Junta de Freguesia. A subida do preço da terra e o facto de os emigrantes (regressados ou ainda no estrangeiro) comprarem mais do que vendem imobilizam completamente o parcelamento rural e impedem qualquer reagrupamento, que é, no entanto, a base indispensável para um progresso real da produção agrícola.

Finalmente, a multiplicação dos estabelecimentos comerciais parece por vezes desproporcionada às necessidades da população permanente. É certo que existem criações judiciosas nos serviços de que essas aldeias e vilas estavam até aí desprovidas. Mas o aumento impensado do número de mercearias, e sobretudo de bares, faz duvidar da sua rendabilidade a longo prazo. Nas pequenas aldeias do concelho do Sabugal e das Taipas, em que a concorrência se torna particularmente severa com o tempo, não é muito certo que todos estes comerciantes consigam ganhar a vida em dois meses de «estação turística». Este tipo de instalações, fácil de realizar, que requer, na verdade, pouco investimento inicial e faz supor aos interessados uma semi-reforma atraente e activa, depende, em última instância, da manutenção dos diferentes fluxos migratórios ao ritmo actual.

CONCLUSÃO

Considerando a ligação que os portugueses mantêm à terra natal, a frequência com que voltam para férias (a SNCF e a CP tinham previsto 110 comboios de desdobramento entre Paris e Portugal para o Natal de 1978) e os interesses que os emigrantes adquirem na economia local, parece que o tipo de regresso mais escolhido, o que corresponde à situação de «melhor-estar», deverá continuar durante muito tempo. Com regularidade, mas num ritmo muito lento, um certo número de famílias decidir-se-ão a voltar, considerando que as suas economias são suficientes para a velhice.

No entanto, tendo em conta a destruição do meio local tradicional e a ausência de investimentos realmente produtivos e de infra-estruturas que permitam a sua realização, a emigração, que tinha sido considerada o remédio para a crise da sociedade rural, tornou-se o suporte essencial da actual prosperidade.

A partir do momento em que o êxodo para o estrangeiro se generalizou, a economia local, cada vez mais especulativa, estruturou-se segundo dois movimentos de sentido oposto: um baseado na saída da mão-de-obra, que tornava sem sentido o conceito de mercado de trabalho, e, o outro, na

garantia de entradas regulares de dinheiro, cada vez mais importante. Assim, a riqueza regional, tal como o ritmo e o conteúdo dos regressos «bem sucedidos», dependem dum fluxo que nem os emigrantes nem o meio local são capazes de dominar.

Uma primeira ruptura já se introduziu neste equilíbrio precário com o fim da imigração, que faz reaparecer o desemprego e o subemprego e que põe, para as famílias que desejam voltar, o problema do futuro dos seus filhos.

Uma segunda ruptura, ainda mais grave nas suas consequências imediatas e no seu impacte sobre os regressos, vai provavelmente surgir com o desenvolvimento da crise nos países de imigração. O aumento das remessas enviadas nos dois últimos anos não nos deve iludir: resulta, por um lado, das novas facilidades concedidas pelas autoridades para captar economias dos emigrantes e, por outro lado, da crescente inquietação destes quanto ao seu futuro nos países «de acolhimento». Não restam dúvidas de que este dinheiro foi, em grande parte, ganho antes da crise, mas que, progressivamente, a recessão vai pesar sobre os ganhos destes trabalhadores e reduzir as transferências de capital, base da riqueza local.

Os agentes económicos locais ainda não se aperceberam de que a crise de que sofre actualmente o Portugal útil vai provavelmente estender-se ao interior do País, que tem sido até agora relativamente poupado, tornando mais difícil a reinserção dos trabalhadores emigrados. Mas, simetricamente, qualquer mudança no comportamento migratório vai repercutir-se na economia local. Perante as dificuldades económicas que têm nos países de acolhimento, a decisão de adiar o regresso traduzir-se-ia, a médio prazo, pelo abrandamento das transferências monetárias, pela atonia do comércio local e, progressivamente, pela baixa do valor dos bens fundiários, devido à redução da procura. Se, sob a pressão das circunstâncias, os emigrantes fossem obrigados a regressar em massa, seria ainda mais grave para um meio local que pouco a pouco se transformou num espaço de férias e reforma. A retomada da agricultura far-se-ia sobre um parcelamento imobilizado pela especulação e, reconduzido ao seu valor real, o preço da terra abater-se-ia.

O ciclo do volfrâmio deixou nas serras portuguesas alguns palácios barrocos e degradados; o ciclo da emigração deixaria, pelo menos, um património imobiliário renovado.

CONCLUSÃO GERAL

Tanto a análise dos processos de subsídio de regresso, como os inquéritos feitos às famílias regressadas ao País (ver o artigo do autor publicado no n.º 75 de *Análise Social*), mostraram a fraca influência da crise nos actuais regressos dos trabalhadores migrantes portugueses: mais de 80% tinham um emprego quando decidiram voltar a Portugal.

Verifica-se, em seguida, que, considerando a idade elevada destes antigos migrantes, a duração da estada (em geral, mais de 10 anos), as estruturas demográficas e familiares (os portugueses da amostra ficaram sozinhos no estrangeiro a maior parte das vezes) e a natureza dos empregos (construção civil e obras públicas), o grupo analisado distingue-se nitidamente do conjunto da colónia portuguesa em França. Na sua maioria, os portugueses

que regressaram nunca tinham pensado seriamente em se instalar no estrangeiro e todo o comportamento no país em que trabalharam deve ser analisado segundo a perspectiva do regresso ao País e, mais precisamente, à aldeia natal.

Nas regiões tradicionais de emigração, isto é, esquematicamente, nas zonas setentrionais e centrais de Portugal, onde predomina a pequena propriedade, as condições de reinserção parecem medíocres para 1/4 das famílias, satisfatórias para metade e excelentes para o último quarto, escolhendo os critérios baseados na possibilidade de melhorarem as antigas condições de existência e de serem capazes de, regressadas ao país natal, continuarem a fazer frutificar o seu capital.

No entanto, verificou-se muito nitidamente que as condições de sucesso não podem ser apreciadas fora dos juízos de valor da colectividade inteira e da longa tradição migratória destas regiões: *regressar com êxito significa, ao mesmo tempo, poder gozar duma habitação decente, possuir um capital que assegure a velhice e ter montado uma actividade profissional para antes da reforma*. Nestas condições, é natural que sejam precisos, pelo menos, dez anos de presença, de duros trabalhos e privações no estrangeiro para chegar a este resultado e que, para além deste limiar, o cansaço, o desgaste prematuro e a solidão cada vez mais insuportável precipitem o regresso. É significativo que na amostra inquirida sejam os antigos cuteleiros das Taipas emigrados na Alemanha que tenham tido mais sucesso: voltaram ao País com um pecúlio tanto maior quanto aos altos salários auferidos nos estaleiros navais se juntaram os reembolsos dos descontos para a reforma, no momento preciso em que a cutelaria, em pleno desenvolvimento, recontratou estes antigos operários. O insucesso, que não resulta unicamente do desemprego, traduz, a maior parte das vezes, a pouca sorte devida à doença, ao acidente ou à fragilidade familiar e resume-se no facto de não terem trazido quase nenhum dinheiro do estrangeiro e terem de aceitar trabalhos subalternos para subsistir no País.

No entanto, nas zonas rurais portuguesas, o êxodo para as sociedades industrializadas da Europa, que tinha sido considerado um remédio para a crise da sociedade rural, tornou-se o motor essencial da actual prosperidade e da especulação, que faz as vezes de economia para estes espaços cada vez mais reservados às férias e à reforma. Portanto, se este tipo de regressos lentos e regulares, em proporção com as ambições dos emigrantes e as possibilidades do meio local, fosse modificado pela crise dos países industrializados, todas as bases económicas da sociedade local seriam abaladas. Com a proibição da imigração já surgem o desemprego e o subemprego para as novas gerações bloqueadas no país natal; um regresso precipitado dos emigrantes seria insuportável para o meio habituado a um nível de vida superior à média nacional, mas desprovido de investimentos realmente produtivos e de infra-estruturas que permitam a sua realização.

A impotência do meio local para se adaptar a fluxos que não controla é tanto mais séria quanto Portugal se vê envolvido numa crise económica grave e que a emigração não poderia ser substituída por um êxodo rural para as zonas mais industrializadas do País. Pelo contrário, numa altura em que o desemprego afecta sem dúvida mais de 10% da população activa, a proibição da imigração decidida pelos países industrializados da Europa aumenta as dificuldades sociais e políticas do Governo de Lisboa, que procura desesperadamente zonas de substituição para escoar a sua mão-de-obra

desocupada. Além disso, perante o desequilíbrio catastrófico da balança comercial, as remessas dos emigrantes tornaram-se o único meio de reduzir substancialmente o défice da balança de pagamentos, a fim de evitar a queda do escudo e de merecer a confiança do FMI, garante dos empréstimos internacionais indispensáveis à sobrevivência do País. Toda a política que vise facilitar o regresso dos trabalhadores portugueses ao seu país é tomada como um gesto hostil pelas autoridades de Lisboa e o regresso em massa dos emigrantes decidido unilateralmente traduzir-se-ia, sem dúvida, pelo insucesso e até pela derrocada dum sistema político que baseou toda a sua estratégia na ligação à Europa.